



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**BRASÍLIA
MARÇO/2012**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

BRASÍLIA
MARÇO/2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

MJ – Ministério da Justiça

SNJ – Secretaria Nacional de Justiça

DEEST – Departamento de Estrangeiros

DEJUS – Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação

COCIND – Coordenação de Classificação Indicativa

COESO – Coordenação de Entidades Sociais

CETP – Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

PNETP – Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

DRCI – Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional

ATF – Assessoria de Tratados e Foros

CGAI – Coordenação-Geral de Articulação Institucional

CGRA - Coordenação-Geral de Recuperação de Ativos

CGCI - Coordenação-Geral de Cooperação Internacional

LAB-LD - Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro

ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

PNLD - Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

CA – Central de Atendimento

SAL – Secretaria de Assuntos Legislativos

CNIg – Conselho Nacional de Imigração

MRE – Ministério das Relações Exteriores

CNT – Conselho Nacional de Turismo

UJ – Unidade Jurisdicionada

RG – Relatório de gestão

IN – Instrução Normativa

DN – Decisão Normativa

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

GAFI – Grupo de Ação Financeira

MPF – Ministério Público Federal

PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

PGU – Procuradoria-Geral da União

FATF – Financial Action Task Force

UNODC – Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ONU – Organização das Nações Unidas

OEA – Organização dos Estados Americanos

OCDE – Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico

UNCITRAL – United Nations Commission on International Trade Law

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

- I - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício referente ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....112*
- II - Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito referente ao item 5 da parte b do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....112*
- III - Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda, detalhado por publicidade institucional, legal, mercadológica, de utilidade pública e patrocínios, relacionando dotações orçamentárias dos Programas de Trabalho utilizados, valores e vigências dos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda, e os valores e respectivos beneficiários de patrocínios culturais e esportivos referente ao item 4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....112*
- IV - Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos, referente ao item 31 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....112*
- V - Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.2 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010112*
- VI - Relação dos Programas de Governo ou dos fundos executados que não estão de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.3 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....114*
- VII - Demonstrativo do quantitativo de terceirizados irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010.....114*
- VIII - Providências adotadas para substituição dos servidores terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.5 da parte c do anexo II da DN TCU nº 108/2010114*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
A- CONTEÚDO GERAL	6
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	6
QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL....	6
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	7
2.1) <i>Responsabilidades institucionais</i>	7
2.1.1) Competência institucional	7
2.1.2) Objetivos estratégicos.....	7
2.2) <i>Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais</i>	4
2.3) <i>Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade</i>	43
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	43
<i>Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo</i>	43
Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo	44
<i>Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo</i>	44
Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo	45
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ	46
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	46
Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ.....	47
2.4) <i>Desempenho Orçamentário/Financeiro</i>	49
2.4.1) Programação orçamentária da despesa.....	49
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	49
2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes	49
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes.....	49
Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional.....	52
Em relação ao exercício de 2010, a LOA de 2011 foi bastante reduzida, tendo em vista que no ano anterior esta secretaria contou com um orçamento de quase 20 milhões para a realização do 12º Congresso de Prevenção do Crime e Justiça da ONU, em Salvador, Bahia.	52
Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa	54
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa.....	55
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	55
2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação.....	55
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ.....	55
2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	56
2.4.2.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	58
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	59
2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	60
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	60
2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	60
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	60
Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	61
Não se Aplica.....	61
2.4.3) Indicadores Institucionais.....	61

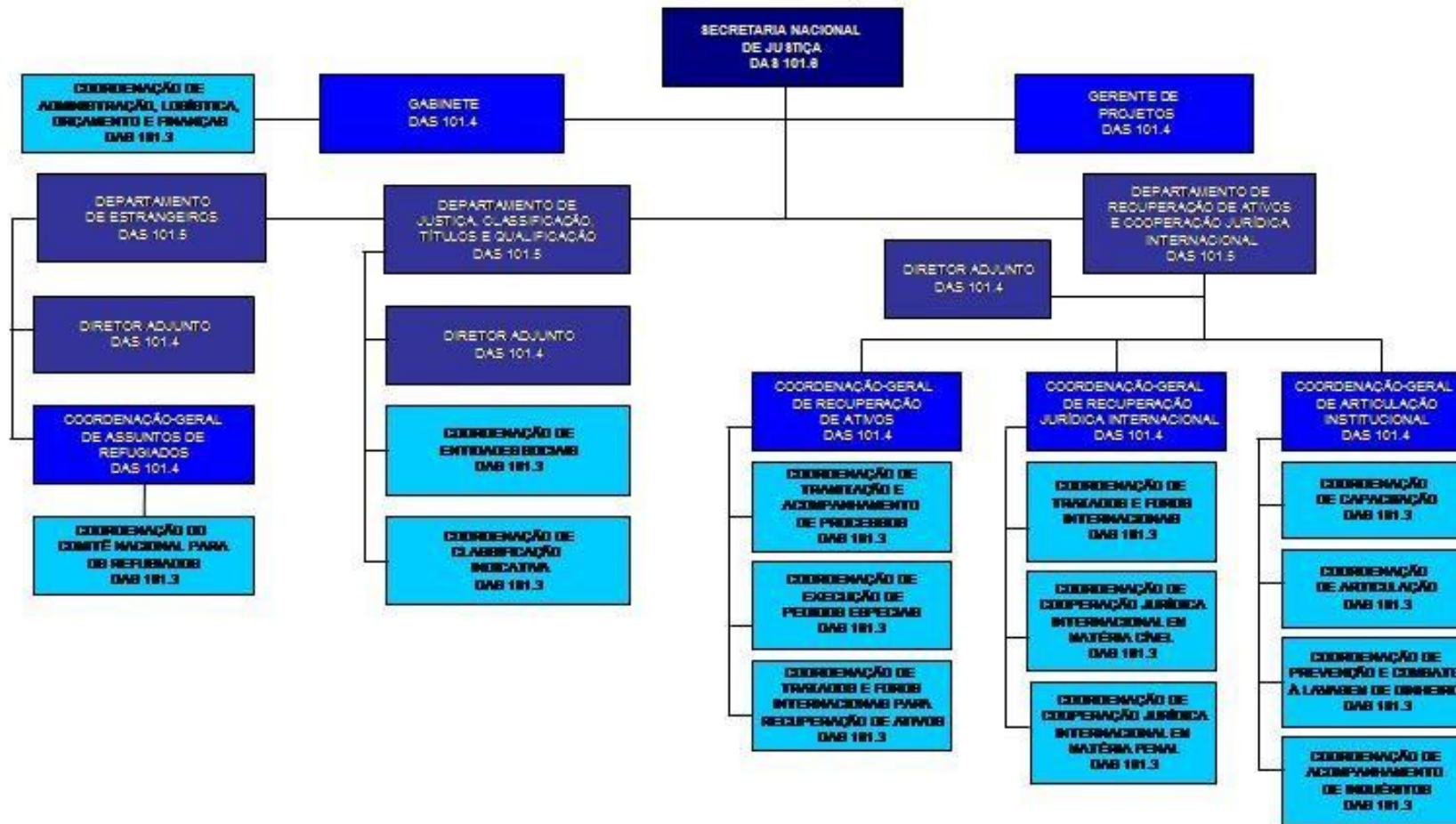
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	63
3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	63
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	63
3.2) Análise Crítica.....	63
4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	63
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	63
4.2) Análise Crítica.....	64
5. RECURSOS HUMANOS.....	64
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	64
5.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	64
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011	64
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	66
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	67
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12.....	68
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	69
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	69
5.2.1) Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	69
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	69
No ano de 2011, houve 03 (três) aposentadorias de servidores lotados na SNJ.	70
5.2.2) Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada.....	70
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12..	70
5.3) Composição do Quadro de Estagiários	70
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	70
5.4) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	72
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	72
5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	73
5.5.1) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada	73
Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	73
Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados	73
5.2.2) Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	73
Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	74
5.5.3) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.....	75
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva ..	75
5.5.4) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	76
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	78
6. TRANSFERÊNCIAS.....	83
6.1) Instrumentos de transferências vigentes no exercício.....	83
6.1.1) Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	83

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	83
6.1.2) Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	86
Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	86
6.1.3) Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes	87
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes	87
6.2) <i>Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse</i>	87
Quadro A.6.4 – <i>Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.</i>	87
6.2.1) Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	88
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	88
6.3) <i>Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo</i>	89
7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	90
QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	90
8. TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	91
8.1) <i>Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93</i>	91
Quadro A.8.1 – <i>Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.</i>	91
8.2) <i>Análise Crítica</i>	91
9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	93
9.1) <i>Estrutura de controles internos da UJ</i>	93
Quadro A.9.1 - <i>Estrutura de controles internos da UJ</i>	93
10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	95
10.1) <i>Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	95
Quadro A.10.1 - <i>Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	95
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	96
11.1) <i>Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial</i>	96
Quadro A.11.1 - <i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União</i>	96
Fonte: Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.	96
Quadro A.11.2 - <i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros</i>	96
Observações: As informações referentes ao Quadro A.11.2, Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros da UJ SNJ foram incluídos no Relatório de Gestão da SE.	97
Fonte: Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.	97
Quadro A.11.3 - <i>Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ</i>	98
Observações: As informações referentes ao Quadro A.11.3, Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ SNJ foram incluídos no Relatório de Gestão da SE.	98
Fonte:	98
11.2) <i>Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade</i>	99

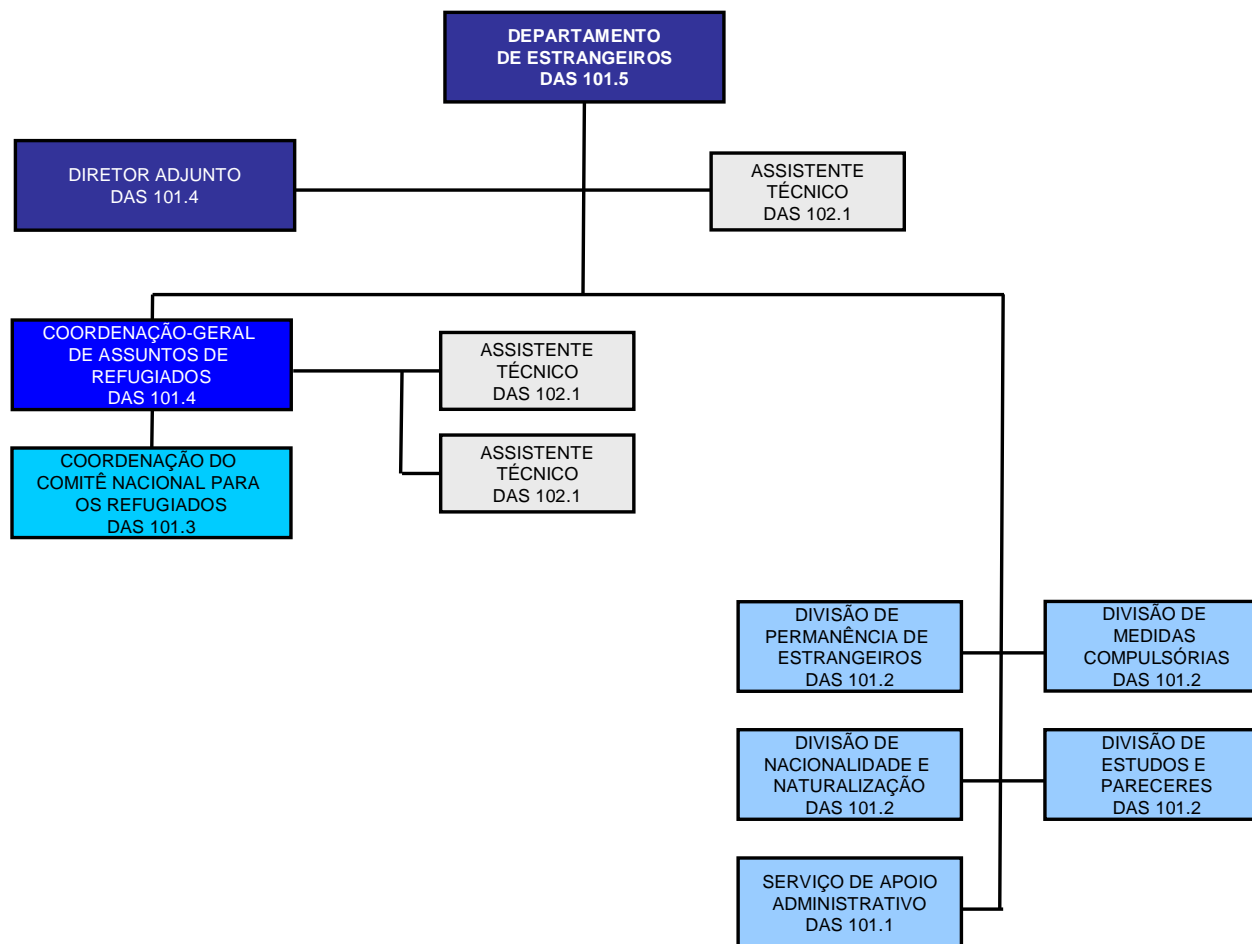
As Informações referentes ao quadro acima constarão no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.....	99
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	99
12.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	99
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada	99
13. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	100
13.1) Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo	100
13.1.1)Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício	100
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	100
13.1.2)Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade	100
Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	100
15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	101
15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício	101
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	101
15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	101
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício ...	101
15.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício	102
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	102
15.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	102
Quadro A.15.4 -Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .	102
16. RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	103
16.1)Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício.....	103
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício	103
16.2)Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento.....	104
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência.....	104
17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL	105
17.1)Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	105
Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	105
26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES (ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)	106
26.1) Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	106
Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	106
26.2) Análise Crítica.....	107
30. TERMOS DE PARCERIA (PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN Nº 108/10)	108
Quadro C.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício.....	108
30.1) Valores repassados em razão de termos de parceira firmados	108
Quadro C.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria... 	108
Quadro C.38.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência.....	108
30.3)Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados	109
Quadro C.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99).....	109
Quadro C.38.5 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício.....	109
30.4)Avaliação dos resultados obtidos com a Parceria.....	109
Quadro C.38.6 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira	109

RESULTADOS E CONCLUSÕES.....111

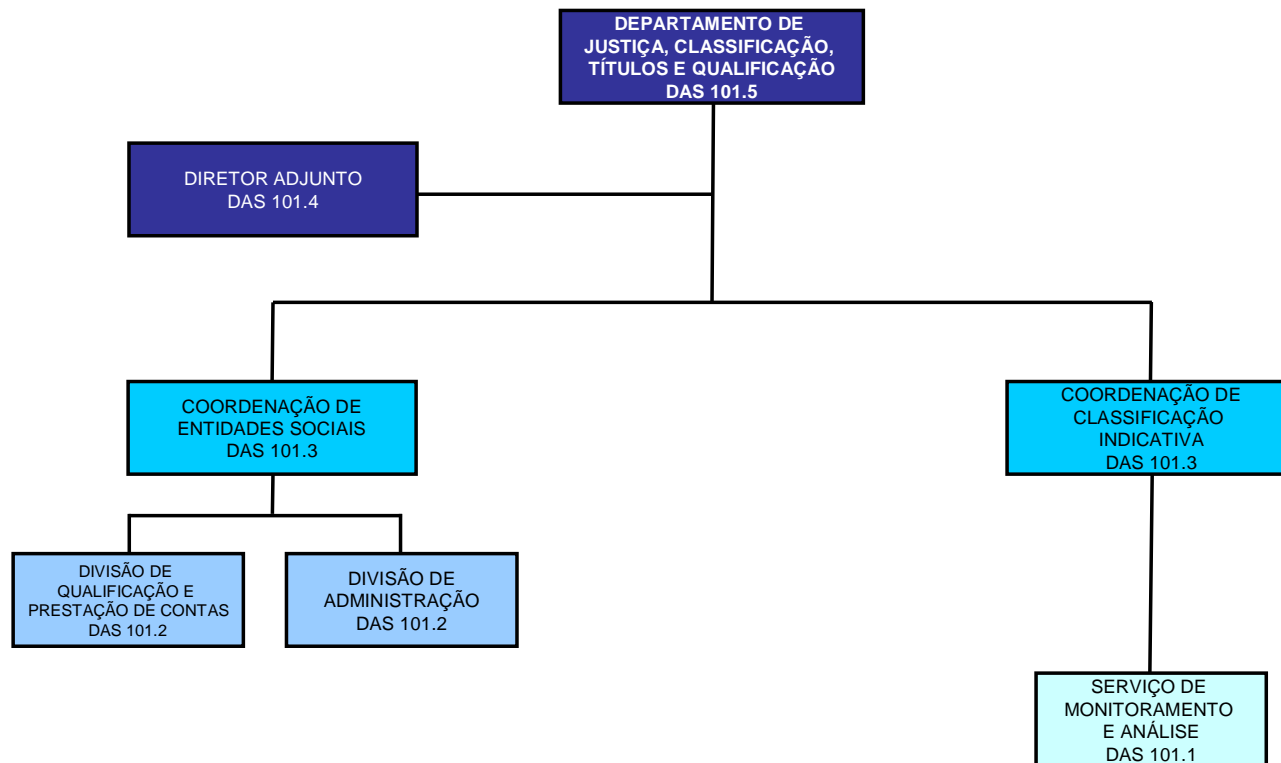
**ESTRUTURA DA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA – SNJ (1/1)
(DEC. 6.061, de 15 de março de 2007)**



ESTRUTURA DO
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS – SNJ (2/4)
(DEC. 6.061, de 15 de março de 2007)

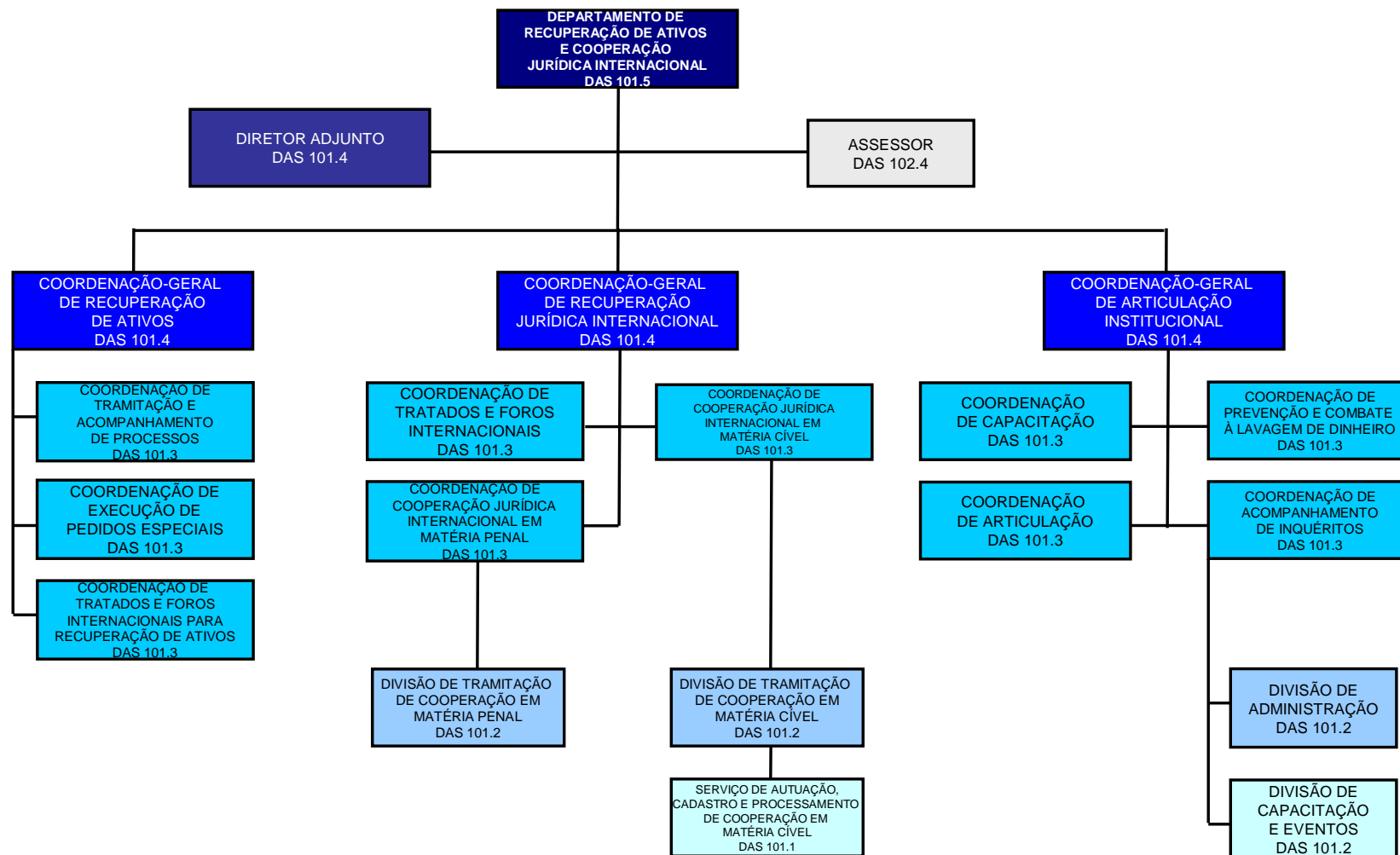


ESTRUTURA DO
DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E
QUALIFICAÇÃO – SNJ (3/4)
(DEC. 6.061, de 15 de março de 2007)



ESTRUTURA DO **DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E** **COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL – SNJ (4/4)**

(DEC. 6.061, de 15 de março de 2007)



INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão tem por finalidade compor o processo de Tomada de Contas do exercício de 2011, o qual está estruturado conforme as disposições da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24/11/10, Portaria TCU nº 123, de 12/05/11, Portaria CGU nº 2.546, de 27/12/10, Decisão Normativa TCU nº 117, de 19/10/11.

As informações referentes ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 108/2010, o item 5 da parte B, os itens 4 e 31 da parte C e os Quadros II.C.2, II.C.3, II.C.4 e II.C.5 constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 123/2011.

Os itens 14 da parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 3, 5 a 15, 17 a 30 e 32 a 37 da parte C, quadros II.C.1 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os itens, 4 e 31 da Parte C, os Quadros II.C.4 e C.5 da Parte C, e 5 da Parte B do anexo II da DN TCU nº 108/2010, apesar de aplicarem à natureza da Unidade, constam no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MJ, responsável pela gestão do contrato de terceirizados irregulares, bem como pelo cronograma de substituição destes postos de trabalho por servidores concursados. O Quadros II.C.3 não se aplica a natureza jurídica da UJ.

As principais realizações da gestão no exercício foram a elaboração de novo planejamento estratégico para a Secretaria, promovendo o alinhamento ao Mapa Estratégico do Ministério da Justiça 2011-2014; a elaboração de forma participativa e inster institucional do II Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a ser formalizado por Decreto pela Presidência da República; a finalização de um Grupo de Trabalho sobre entidades sociais, que solidificou internamente ao MJ uma série de recomendações no que se refere à supervisão e titulação de OSCIPs, UPFs e organizações estrangeiras; a capacitação de mais de 1.500 agentes públicos no que se refere às temáticas de combate à lavagem de dinheiro, corrupção e cooperação jurídica internacional em mais de 11 estados da federação; a celebração de mais acordos de cooperação jurídica internacional, seja em matéria civil, seja em matéria penal, incluindo extradição e transferência de pessoas condenadas; a modernização da gestão processual, enfocando tarefas de digitalização e construção de sistemas gerenciais para aumentar a eficiência dos serviços prestados; a finalização de um debate público *online* sobre a Classificação Indicativa e promoção de oficinas com mais de 400 pessoas envolvidas em 4 estados da federação.

As principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ foram a insuficiente dotação orçamentária consignada em 2011, o que não permitiu a expansão da rede de Laboratórios de

Combate à Lavagem de Dinheiro (REDE LAB), ocasionando também a expansão mais lenta da rede Postos e Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A insuficiente alocação de recursos humanos nas unidades da Secretaria Nacional de Justiça também provocou certa dificuldade na expansão das ações e sobrecarga em algumas atividades.

Para o ano de 2012 pretende-se continuar as atividades de modernização administrativa, uma vez que não foram concluídas em 2011, vislumbrando cada vez mais possibilidade de prestação de informações e serviços online; buscar-se-á parcerias e recursos para a ampliação da REDE LAB e também da rede de núcleos e postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; intensificar-se-á as atividades de capacitação de agentes na temática do combate à lavagem de dinheiro e à corrupção; buscar-se-á propor novo marco legal para as entidades do terceiro setor; lançar-se-á campanha informativa sobre a classificação indicativa, evidenciando tratar-se de uma política pública de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, e não de atividade de censura; manter-se-á as atividades negociais da Secretaria, buscando a celebração de novos acordos de cooperação jurídica internacional, além de focar alguns serviços na área de fronteiras e também nas cidades sede da copa do mundo.

A- CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/Função essencial à Justiça			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria Nacional de Justiça			
Denominação abreviada: SNJ			
Código SIORG: 009518	Código LOA: 30101	Código SIAFI: 30101	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Justiça			Código CNAE: 8423-0
Telefones/Fax de contato:	(061) 2025-3145	(061) 2025-3394	(061) 2025-9954
E-mail: snj@mj.gov.br			
Página na Internet: http://portal.mj.gov.br/			
Endereço Postal: Ministério da Justiça - Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício sede, sala 430, CEP 70064-900 Brasília-DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, órgão integrante da estrutura organizacional do Ministério da Justiça, teve sua atual estrutura organizacional definida pelo Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, anexo II, art. 8º.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, Portaria nº 1.443, de 12 de setembro de 2006, Publicada no DOU de 13 de setembro de 2006.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Efeitos da extradição de Refugiados Reconhecido pela Lei – 2009: Resolução Normativa nº 14, de 27 de dezembro de 2011 (Publicado no DOU de 29 de dezembro de 2011).			
Desafios e Perspectivas para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil: Desafios e perspectivas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil. Organização: Nair Heloísa Bicalho de Sousa, Adriana Andrade Miranda, Fabiana Gorenstein. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, 2011.			
Transatlantic Journeys. An exploratory research on human trafficking from Brazil to Italy and Portugal. Publicação realizada no âmbito do Projeto Jornadas Transatlânticas em parceria com o ICMPD (em 2011 foi publicada apenas a versão em inglês. Programamos a publicação em Português para 2012).			
Editados em 2010, o Departamento de Estrangeiros recebeu e distribuiu em 2011 as seguintes publicações: - 200.000 Folders, sendo 100.000 sob o título “Brasileiro Preso no Exterior Poderá Cumprir a Pena no Brasil”, e outros 100.000 sobre “Estrangeiro Condenado no Brasil Poderá Cumprir a Pena em Seu País”, que esclarecem sobre o Instituto da Transferência de Pessoas Condenadas. - 50.000 exemplares da 2ª Edição do Livro sobre Transferência de Pessoas Condenadas.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	Não se Aplica à Natureza Jurídica da UJ		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	Não se Aplica à Natureza Jurídica da UJ		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se Aplica à Natureza Jurídica da UJ		Não se Aplica à Natureza Jurídica da UJ	

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

A Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, órgão integrante da estrutura organizacional do Ministério da Justiça, teve sua atual competência institucional definida pelo Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, anexo II, art. 8º, conforme segue:

Art. 8º À Secretaria Nacional de Justiça compete:

I - coordenar a política de justiça, por intermédio da articulação com os demais órgãos federais, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, Governos Estaduais, agências internacionais e organizações da sociedade civil;

II - tratar dos assuntos relacionados à escala de classificação indicativa de jogos eletrônicos, das diversões públicas e dos programas de rádio e televisão e recomendar a correspondência com as faixas etárias e os horários de veiculação adequados;

III - tratar dos assuntos relacionados à nacionalidade e naturalização e ao regime jurídico dos estrangeiros;

IV - instruir cartas rogatórias;

V - opinar sobre a solicitação, cassação e concessão de títulos de utilidade pública federal, medalhas e sobre a instalação de organizações civis estrangeiras destinadas a fins de interesse coletivo, como as associações e fundações, no território nacional, na área de sua competência;

VI - registrar e fiscalizar as entidades que executam serviços de microfilmagem;

VII - qualificar as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e, quando for o caso, declarar a perda da qualificação;

VIII - dirigir, negociar e coordenar os estudos relativos ao direito da integração e as atividades de cooperação jurisdicional, nos acordos internacionais em que o Brasil seja parte;

IX - coordenar a política nacional sobre refugiados;

X - representar o Ministério no Conselho Nacional de Imigração; e

XI - orientar e coordenar as ações com vistas ao combate à lavagem de dinheiro e à recuperação de ativos.

2.1.2) Objetivos estratégicos

Ao longo do ano de 2011 a Secretaria Nacional de Justiça emvidou esforços para elaborar um novo Mapa Estratégico alinhado ao novo Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça. Nesse mapa foram definidos uma série de objetivos estratégicos. As duas imagens subseqüentes

evidenciam o Mapa Estratégico da Secretaria Nacional de Justiça 2011-2014 e o Mapa Estratégico do Ministério da Justiça 2011-2014.

MAPA ESTRATÉGICO DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA 2011-2014

MISSÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Promover e construir direitos e políticas de justiça voltadas à garantia e ao desenvolvimento do Estado de Direito, da Democracia, dos Direitos Humanos, da Cidadania e da Segurança Pública, por meio de ações conjuntas do poder público e da sociedade.

VISÃO DE FUTURO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Sociedade brasileira reconhece a redução da criminalidade e da violência como resultado das políticas públicas integradas de justiça, segurança, cidadania e direitos humanos.

PAPEL INSTITUCIONAL DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Promover e construir direitos e políticas de justiça voltadas à garantia e ao desenvolvimento dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio de ações conjuntas do poder público e da sociedade.

RESULTADOS

Contribuir para a construção de uma sociedade ética

Aprimorar sistema de garantia de Direitos nas esferas da Justiça e da Cidadania

Contribuir para o desenvolvimento das Instituições do Estado de Direito e da Democracia

PROCESSOS

Política de Justiça e Cidadania

Incentivar a participação social na formulação e acompanhamento dos políticas da SNJ

Articular o enfrentamento ao crime organizado, à lavagem de dinheiro e à corrupção

Proteger e promover os direitos dos migrantes

Coordenar a implementação da Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Intensificar e aprimorar a Cooperação Jurídica Internacional

Aprimorar o marco legal e os mecanismos de Fortalecimento das Políticas de Justiça e Cidadania

Fortalecer a Classificação Indicativa como garantia dos direitos da infância e adolescência, da liberdade de expressão e da educação para a mídia

Aperfeiçoar os mecanismos de acreditação e supervisão em diálogo com as Entidades Sociais

Sistematizar os Procedimentos administrativos e aprimorar a gestão de projetos

Adequar a estrutura Organizacional

Realizar gestão integrada e transparente

Promover a articulação e a integração entre as áreas da SNJ e com áreas do MJ

Aprimorar o atendimento ao cidadão

PESSOAS E TECNOLOGIA

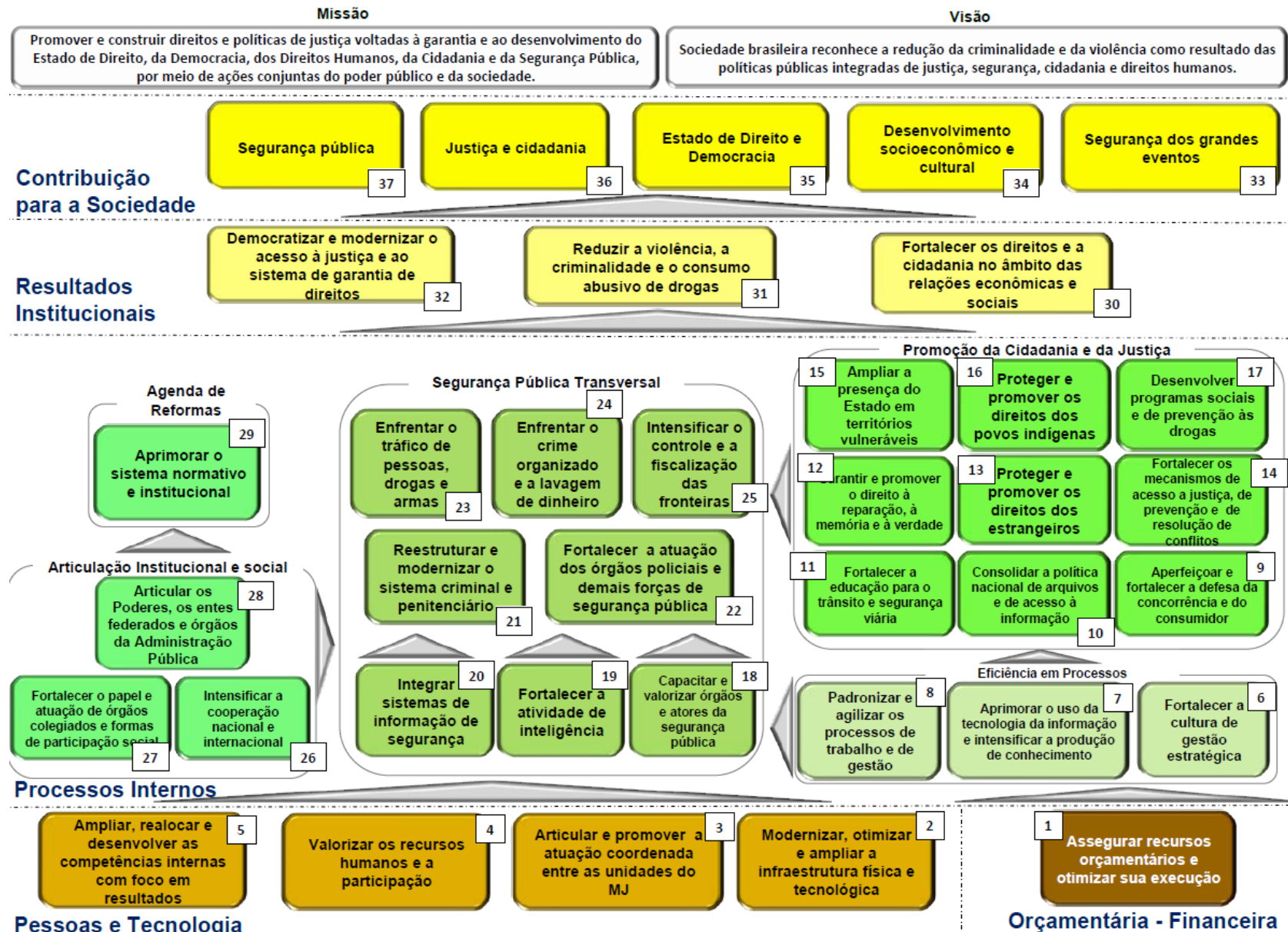
Garantir recursos humanos qualificados e suficientes

Aprimorar a Estrutura Física, Tecnológica e os Sistemas de Informação

ORÇAMENTÁRIA

Assegurar recursos para alcançar os objetivos estratégicos e otimizar sua execução e controle

MAPA ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA 2011 - 2014



2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, formula, implementa e monitora importantes políticas públicas, presta serviços públicos relevantes, bem como articula parcerias com órgãos públicos e privados, sempre com enfoque na promoção de justiça e cidadania para aprofundar e consolidar a democracia, com mudanças sociais. Tais temas, compreendidos em seu sentido amplo, representam os conceitos-base de mobilização e luta pela consolidação de direitos e reafirmação da democracia.

Dentre as finalidades da SNJ, cumpre destacar a coordenação da política de justiça; a proteção dos direitos da criança por meio do aprimoramento do processo de classificação indicativa para cumprir a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente; a qualificação e titulação e acompanhamento de entidades do Terceiro Setor para promover o reconhecimento de entidades que atuam pela realização de direitos e pela cidadania; o fortalecimento de uma política migratória focada no resguardo dos direitos fundamentais do migrante, na solidariedade e no respeito aos direitos humanos, conjugada com a responsabilidade com a segurança do país; a coordenação da política nacional sobre os refugiados; o enfrentamento ao tráfico de pessoas; a cooperação jurídica internacional; e a orientação e coordenação de ações com vistas ao combate à lavagem de dinheiro e à recuperação de ativos.

Para cumprir tais objetivos, a SNJ está estruturada nos seguintes departamentos:

1. Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS)
2. Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI)
3. Departamento de Estrangeiros (DEEST)

As competências do **Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação – DEJUS** encontram-se previstas no art. 10 do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007 e pelo arts. 15 e 16 da Portaria MJ nº 1.424, de 24 de agosto de 2006. As competências do DEJUS abarcam desde o registro das entidades que executam microfilmagem; o processamento da qualificação, titulação e prestação de contas das pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e de Utilidade Pública Federal – UPF; passando pelo processamento de autorização para funcionamento no País de entidades estrangeiras privadas e sem fins lucrativos; até a análise e processamento da classificação indicativa de programas televisão e produtos audiovisuais, jogos eletrônicos e jogos de

interpretação (RPG), como também o monitoramento da programação televisiva para verificar o cumprimento da classificação indicativa.

No ano de 2011, além das competências instituídas, a Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CETP, passou a integrar (pela Portaria SNJ nº 10, de 9 de maio de 2011) as competências do Departamento, além das coordenações de Entidades Sociais (COESO) e da Classificação Indicativa (COCIND).

No que se refere à Classificação Indicativa a atuação do Departamento se pautou pelo seguinte:

- Parceria com o DPDC

Em cooperação com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) da Secretaria de Direito Econômico (também do Ministério da Justiça) a COCIND colaborou com o projeto de avaliação das propagandas de produtos infantis veiculadas na TV durante o período natalino. Foram gravadas 1.500 horas de programação de seis emissoras (Cartoon Network, Discovery Kids, Band, Globo, Record e SBT). A ação está em consonância com o objetivo estratégico nº 3, de “articular e promover a atuação coordenada entre as unidades do MJ”.

- Parceria com a Anatel

Acordo com a Anatel permite à COCIND gravar e analisar a programação regional de televisão aberta em estados com horário diverso do horário de Brasília. Assim foi possível identificar, em 2011, quatro exibições irregulares no Acre e uma no Maranhão e proceder às devidas advertências. Ação está fundada no objetivo nº 28 do mapa estratégico do MJ: “Articular os Poderes, os entes federados e órgãos da Administração Pública”.

- Cooperação Internacional com a UNESCO

Em atenção ao objetivo estratégico nº 26 – “Intensificar a cooperação nacional e internacional” – foi firmado entre a Secretaria Nacional de Justiça e a UNESCO, o Projeto de Cooperação Técnica Internacional “Liberdade de Expressão, Educação para Mídia, Comunicação e os Direitos da Criança e do Adolescente”, para o período de 2011 a 2014. O projeto visa potencializar a política pública de classificação indicativa e fortalecer a participação social, valorizando a educação para a mídia como estratégia de proteção e garantia do direito humano à liberdade de expressão.

- Debate Público online

Concluído em abril de 2011 (iniciada em novembro de 2010), o debate público colocou em discussão critérios, procedimentos e a regulamentação da Classificação Indicativa e forneceu subsídios e contribuições da sociedade para possível atualização da Portaria ministerial que rege o tema. O sítio da consulta recebeu cerca de 60 mil visitas, 2.200 contribuições diretas e 20 contribuições institucionais. A ação atende indiretamente ao objetivo nº 32 do mapa estratégico do Ministério da Justiça: “democratizar e modernizar o [acesso à justiça e ao] sistema de garantia dos direitos”, no caso, o direito de informação e a liberdade dos pais escolherem a melhor programação e divertimento para os seus filhos.

- **Eventos Internacionais**

A COCIND participou de dois eventos internacionais, E3 – em Las Vegas, Estados Unidos – e o Terceiro Encontro da Plataforma Ibero-Americana de Entes Reguladores e Consultivos do Setor Audiovisual – Lima e Cusco, Peru. O primeiro é a maior feira de jogos eletrônicos do mundo, que contou com as principais empresas do mercado (Microsoft, Sony, Nintendo, entre outras) e os órgãos reguladores americanos. O segundo evento tratou do intercâmbio de boas práticas e tecnologias gerenciais com gestores de países que compõem a Plataforma. No Encontro definiu-se que sua próxima edição acontecerá no Brasil, no primeiro semestre de 2012. A ação está alinhada ao objetivo estratégico nº 26 – “Intensificar a cooperação nacional e internacional”.

- **Oficinas de Classificação Indicativa e participações em Festivais/Mostras de Cinema**

Foram realizadas oito oficinas da Classificação Indicativa em 2011 (Rio de Janeiro, Curitiba, Florianópolis, Brasília e São Paulo), que contaram com 450 participantes. As oficinas têm o objetivo de divulgar a política pública entre os formadores de opinião e dar transparência aos critérios e métodos da classificação indicativa. Além das oficinas, registra-se a participação em debates e palestras em três festivais/mostras de cinema (Tiradentes/MG, FAM- Florianópolis/SC e Gramado/RS) e em evento direcionado ao segmento de jogos eletrônicos (em São Paulo/SP). Estas ações encontram-se alinhadas com o objetivo estratégico nº 27 – “Fortalecer o papel e atuação de órgãos colegiados e formas de participação social”.

- **ADI 2404 – visitas a Ministros – STF**

Em função do início da votação da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2404 (suspensa por pedido de vistas), movida pelo PTB. A ação questiona a constitucionalidade do art. 254 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que trata da multa por desrespeito à vinculação etária/horária da classificação indicativa de programação de TV. Foram realizadas, ainda em

dezembro, duas visitas a Ministros do STF – Min. Dias Tóffoli e Min. Celso de Mello, com vistas a sensibilizar e prestar esclarecimentos quanto ao funcionamento, aos métodos e critérios da política pública da classificação indicativa. Ação fundada no objetivo nº 28 do mapa estratégico do MJ: “Articular os Poderes, os entes federados e órgãos da Administração Pública”.

- Moções de Apoio aprovadas em Conferências Nacionais

Com participação do DEJUS, mobilizou-se a sociedade civil e foram aprovadas, moções de apoio à classificação indicativa e a vinculação horária na TV, tal como se encontra estipulado no ECA e nas portarias do MJ em quatro conferências nacionais (Conferência Nacional de Saúde, Conferência Nacional das Mulheres, Conferência Nacional LGBT, Conferência Nacional da Juventude). Ação está fundada no objetivo nº 28 do mapa estratégico do MJ: “Articular os Poderes, os entes federados e órgãos da Administração Pública”.

Demonstrativo da Classificação Indicativa de obras audiovisuais

Mês	Obras Audiovisuais	Jogos Eletrônicos	Jogos RPG	Reconsid. de Classificação	Reclassif. p/ Adequação	Recursos	Total Atividades
Janeiro	518	39	1	2	18	0	578
Fevereiro	1.130	47	2	2	60	0	1.241
Março	912	47	0	32	18	2	1.011
Abril	796	100	3	1	41	0	941
Maiο	1.012	202	0	4	67	1	1.286
Junho	908	254	0	4	7	0	1.173
Julho	860	120	1	1	4	1	987
Agosto	1.142	229	0	0	3	0	1.374
Setembro	1.186	171	5	5	15	2	1.384
Outubro	604	213	0	0	25	0	842
Novembro	866	153	0	2	4	0	1.025
Dezembro	578	138	3	2	7	0	728
TOTAL:	10.512	1.713	15	55	269	6	12.570

Como se observa na tabela acima, a Coordenação instaurou 12.570 processos de classificação (incluindo-se reconsiderações, reclassificações e recursos). Entretanto, nos processos de monitoramento de obras seriadas, registra-se um único processo (novela, série ou programa)

embora sejam produzidos relatórios de cada episódio. Assim pela perspectiva da geração de relatórios de classificação (é possível acrescentar 5.485 análises), totalizando 18.055 análises de classificação de obras audiovisuais.

Da atividade ordinária da COCIND destaca-se a ampliação da capacidade de análise de obras audiovisuais veiculadas na televisão aberta e o acompanhamento das programações das emissoras regionais. Também merece destaque a considerável ampliação do número de classificações de jogos eletrônicos – de 346 análises, em 2010 para 1.713, em 2011 – que decorre, principalmente do acordo de regularização de jogos que eram comercializados sem classificação indicativa.

No que se refere às Entidades Sociais, o Departamento de Justiça se pautou pelas seguintes ações:

- Cadastro Nacional de Entidades Sociais – CNEs/MJ

O CNEs/MJ, um instrumento de comunicação entre as entidades e o Ministério da Justiça e, para a sociedade, uma importante ferramenta de transparência e controle, tem se apresentado como um recorrente desafio para COESO. A manutenção do CNES e também o desenvolvimento de seu sistema gerencial (SG-COESO) apresentaram problemas técnicos em razão, principalmente, da descontinuidade da equipe técnica (CGTI-DBA). Estes percalços impactaram negativamente no processamento das prestações de contas e no andamento processual da Coordenação. A conclusão do sistema gerencial – ora adiada para 2012 – pode conferir significativas melhoras e agilidade na qualificação e prestação de contas das entidades sociais.

- Grupo de Trabalho de Entidades Sociais

Instituído pela Portaria MJ nº 1.007, de 14 de junho de 2011, o Grupo de Trabalho de Entidades Sociais (GT-ES) foi coordenado pela COESO. O GT-ES teve como finalidade analisar as ações do Ministério da Justiça relativas aos processos e fluxos de qualificação e de titulação das entidades sociais, a legislação atual atinente ao tema e propor, se necessário, alterações legislativas, além de desenhar mecanismos para aprimorar o sistema de controle e supervisão. No GT-ES estiveram representados a Secretaria Nacional de Justiça, o Gabinete do Ministro, Secretaria de Assuntos Legislativos, Secretaria Executiva, Assessoria Especial de Controle Interno, Consultoria Jurídica e Programa de Transparência. Foram convidados para contribuir com os debates do grupo, José Eduardo Elias Romão (CGU), Ronan de Oliveira (RFB), Eugênio Aragão (MPF), Valéria Salgado (MPOG), Elisabete Ferrarezi (ENAP), José Eduardo Sabo Paes (MPDFT e UCB), Laís Figueiredo

Lopes (OAB) Pedro Paulo Martoni Branco (Instituto Via Pública), Helda Oliveira (ABONG) e Cristina Gross Villanova (SENASP/MJ). O Relatório Final do GT foi apresentado ao Ministro da Justiça e também ao Grupo de Trabalho sobre Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil instituído na Presidência da República, apontou discussões e conclusões acerca de aprimoramentos e mudanças no que tange aos mecanismos de controle e fiscalização, revisão do marco regulatório vigente e a ampliação do controle social sobre Estado e entidades sociais.

- Entidades Sociais

No ano de 2011, cerca de 12.000 processos tramitaram pela Coordenação, dentre os quais, análises de pedidos de titulação, qualificação e autorização de UPFs, OSCIPs e OEs, respectivamente; análise de prestação de contas destas entidades e apuração de denúncias.

- Certidões de Regularidade

No exercício de 2011 foram emitidas cerca de 8.400 certidões de regularidade às entidades sociais que estão em dia com suas prestações de contas junto ao Ministério da Justiça.

- Microfilmagem

No que tange o registro das entidades que executam serviços de microfilmagem, também competência da COESO, no ano de 2011 foram recebidos e processados 19 pedidos de registros e emitidas 78 certidões de regularidade.

- Gestão de Pessoas

No que tange à gestão de pessoas, foram realizados ciclos de palestras com a equipe da Central de Atendimento do Ministério da Justiça, com vistas à prestação de melhores serviços e informações ao cidadão. A COESO iniciou o ano de 2011 contando com equipe de trabalho de 40 pessoas (20 servidores, nove prestadores de serviço e 11 estagiários), e terminou o ano, com a equipe reduzida para 35 pessoas (17 servidores, oito prestadores de serviço e 10 estagiários). Neste cenário, há de se ressaltar que grande parte da equipe é constituída por colaboradores com formação de nível médio. Atualmente, analistas de nível superior acumulam diversas atividades por falta de pessoal com a qualificação necessária.

- Participação em Eventos

A Coordenação participou da Oficina do Terceiro Setor, no IPEA, que tratou da participação das Organizações da Sociedade Civil em políticas públicas e também no IV Congresso do CONSAD no

painel Relações de Parceira entre Estado e Terceiro Setor nas Perspectivas Normativas e de Execução.

No que se refere à temática do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, as ações do Departamento de Justiça se pautaram pelo seguinte:

- Acordos e Convênios

Celebração de novos convênios para criação em 2012 de seis Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas nos Estados de Alagoas, Amapá, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Ressalte-se que os coordenadores já participaram da Oficina de Capacitação realizada no II Encontro de Núcleos e Postos em novembro de 2011, na cidade do Recife – PE. Esta ação está fundada no objetivo nº 28 do mapa estratégico do MJ: “Articular os Poderes, os entes federados e órgãos da Administração Pública”.

Celebração de Termos Aditivos aos convênios vigentes:

UF	PARTES	OBJETO	ANDAMENTO DADO EM 2011
PE	Concedente: SNJ Conveniente: Secretaria de Estado de Defesa Social	NETP	Celebrado 3º Termo Aditivo: prorrogação do prazo de vigência por um ano, de 28 de junho de 2011 até 27 de junho de 2012; inclusão de itens no inciso II da Cláusula Terceira – Das Obrigações do Conveniente e a alteração do prazo de guarda dos comprovantes de despesas do convênio para 20 anos.
GO	Concedente: SNJ Conveniente: MP Interveniente: Estado de Goiás	NETP	Celebrado em 27/06/2008 Vigência: 02 anos Prorrogação: 01 ano Vigência: até 27/06/2011 Possui 1 Termo Aditivo Celebrado 2º Termo Aditivo para transferência da execução do Ministério Público de Goiás para a SEMIRA.
RJ	Concedente: SNJ Conveniente: Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos	NETP	Celebrado em 27/06/2008 Vigência: 02 anos Prorrogação: 01 ano Vigência: até 27/06/2011 Celebrado 2º Termo Aditivo para prorrogação do prazo de vigência por um ano, de 28 de junho de 2011 a 27 de junho de 2012, inclusão de itens na Cláusula Terceira, II – Das Obrigações do Conveniente e a alteração do prazo de guarda dos comprovantes de despesas do convênio por 20 anos.
SP	Concedente: SNJ Conveniente: Secretaria de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania	NETP	Celebrado em 27/06/2008 Vigência: 02 anos Prorrogação: 01 ano Vigência: até 27/06/2011 Celebrado 3º Termo Aditivo para prorrogação do prazo de vigência por um ano, de 28 de junho de 2011 até 27 de junho de 2012, bem como a inclusão de itens na Cláusula Terceira, II – Das Obrigações do Conveniente e a alteração do prazo de guarda dos comprovantes de despesas do convênio por 20 anos.

PA	Concedente:SNJ Convenente:Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	NETP	Celebrado em 27/06/2008 Vigência: 02 anos (já publicado) Prorrogação: 01 ano Vigência: até 27/06/2011 Possui 1 Termo Aditivo - Celebrado 2º Termo Aditivo para alteração do plano de trabalho, prorrogação do prazo de vigência por um ano, de 28 de junho de 2011 a 27 de junho de 2012, bem como a inclusão de itens na Cláusula Terceira, II – Das Obrigações do Convenente, por 20 anos.
PA	Concedente:SNJ Convenente:Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania	NETP	Celebrado em 15/12/2009 Vigência: 01 ano (até 15/01/2011). Prorrogação: 01 ano Vigência: até 15/01/2012 Possui 1 Termo Aditivo:Prorrogação de vigência, alteração no Plano de Trabalho e inclusão de obrigações (aguarda análise da CONJUR e posterior publicação). Publicado em 25/01/2011.
RJ	Concedente:SNJ Convenente:Guarda Municipal do Rio de Janeiro	Posto Avançado	Celebrado em 15/12/2009 Vigência: 01 ano (até 28/12/2010) Prorrogação: 01 ano Vigência: até 28/12/2011 Possui 2 Termos Aditivos: * 1º TA: alteração na natureza jurídica do Convenente passando de empresa pública para autarquia.(publicado) Celebração do 2º Termo Aditivo: prorrogação de vigência. Publicado em 25/01/2011.
SP	Concedente:SNJ Convenente:Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania	Posto Avançado	Celebrado em 15/12/2009 Vigência: 01 ano (até 15/01/2011). Prorrogação: 01 ano Vigência: até 15/01/2012 Possui 2 Termos Aditivos: * 1º TA: Alteração do Plano de Trabalho e inclusão de obrigações (publicado) Celebrado 2º Termo Aditivo para prorrogação de vigência, publicado em 26/01/2011.
CE	Concedente:SNJ Convenente:Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania	NETP e Posto Avançado	Celebrado em 15/12/2009 Vigência: 01 ano (até 06/01/2011) Prorrogação: 01 ano Vigência: até 06/01/2012 Celebração do 1º Termo Aditivo para alteração do Plano de Trabalho, Prorrogação de vigência e inclusão de obrigações, publicado em 17/01/2011.

- Intercâmbio Acadêmico, Científico e Cultural

Celebração de um Protocolo de Cooperação e Intercâmbio Acadêmico, Científico e Cultural, entre o Ministério da Justiça e a Fundação Universidade de Brasília, para desenvolver programa de mútua cooperação e intercâmbio acadêmico, científico e cultural, na área de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, da migração irregular e deportação, visando subsidiar políticas públicas para o enfrentamento dos fenômenos no Brasil, Portugal e Espanha, em 23/05/2011. Da mesma forma esta

ação está de acordo com o objetivo nº 28 do mapa estratégico do MJ: “Articular os Poderes, os entes federados e órgãos da Administração Pública”.

- Construção do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela Portaria Nº 1.239, de 27 de junho de 2011, para elaboração da proposta do II PNETP e desenvolver mecanismos de participação social para contribuir com a proposta. O grupo foi formado por: Secretaria Nacional de Justiça (coordenação); Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP); Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH); e Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM).

Portaria MJ nº 1.696, de 27 de julho de 2011 – Institui processo de consulta pública para garantir a participação social no processo de elaboração do II PNETP, com o objetivo de promover debate amplo, democrático e plural com a sociedade brasileira, garantindo a participação social no processo de elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Ação do objetivo nº 23 do mapa estratégico do MJ: “Enfrentar o tráfico de pessoas [drogas e armas]”.

- Eventos promovidos / apoiados

Realização da I Reunião Técnica dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados, ocorrida nos dias 14 e 15 de abril de 2011, na Escola de Administração Fazendária – ESAF.

Apoio ao Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias, na realização do Seminário Prevenção e Resposta ao Tráfico de Pessoas no Brasil e nos Países Membros da União Européia, que foi realizado nos dias 25 e 26 de maio de 2011, no Hotel Sonesta, Brasília.

Lançamento da Campanha de Prevenção ao Tráfico de Pessoas (ICMPD).

Apoio ao Seminário sobre Tráfico de Pessoas, ocorrido nos dias 24 a 26 de junho de 2011, no Pará.

Apoio ao II Seminário Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo ocorrido em Brasília, de 11 a 13 de agosto de 2011, organizado pelo Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, da CNBB, que teve como objetivo compreender o panorama atual da temática no Brasil, identificando problemas, indicadores e ações desenvolvidas para fortalecer a ação sócio-pastoral frente a essa realidade em nosso país.

Realização do II Encontro Nacional da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, de 7 a 9 de novembro de 2011, no Mar Hotel Recife, Recife – PE, com a participação de mais de 200 pessoas.

Estas ações estão relacionadas ao objetivo estratégico nº 23 do MJ: “Enfrentar o tráfico de pessoas [drogas e armas]”.

- Estudos e Pesquisas

Foi apresentada a Pesquisa “Mulheres brasileiras na conexão ibérica: um estudo comparado sobre migração irregular e tráfico”, realizada pelo Violes / SER / UNB, em 14 de abril de 2011, na Escola de Administração Fazendária – ESAF. A pesquisa teve apoio do Ministério da Justiça.

- Publicações

Publicação do Livro “Desafios e Perspectivas para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil” (Organização: Nair Heloísa Bicalho de Souza, Adriana Andrade Miranda, Fabiana Gorestein). – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, 2011.

Publicação da Pesquisa do Projeto "Promovendo Parcerias Transnacionais", versão em inglês;

- Campanhas e ações de divulgação

Produção do material da Campanha Nacional com divulgação do Ligue 180, tais como as Campanhas: “Passaporte”; “Ajude o Brasil a não cair nessa armadilha” e “A decisão de viajar é sua: a consequência também”.

Criação de canais de comunicação virtuais, tais como a página do Tráfico de Pessoas no Youtube e na rede social Facebook.

- Prêmios

Realização do “II Prêmio Libertas: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”.

Realização do Concurso “Abraçando o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: Simone Borges Felipe”.

- Capacitação

A Secretaria Nacional de Justiça criou um Grupo de Trabalho Interministerial para incentivar a incorporação dos conteúdos básicos (referenciais mínimos) referidos nos programas de capacitação já existentes nos órgãos governamentais.

Tal ação foi desenvolvida pelo Ministério da Saúde que, numa parceria com a Universidade de Brasília, produziu um diagnóstico intitulado: “Saúde, Migração, Tráfico e Violência contra Mulheres”, publicado em 2011. A Secretaria Nacional de Justiça realizou em 2011 reunião com a equipe de DST/AIDS do Ministério da Saúde para planejamento desta atividade.

- Aprimoramento de mecanismos de coleta e reprodução de dados

Promoção de ações de desenvolvimento do INTEGRATIO – sistema de base de dados qualificada, informatizada, integrada e atualizada sobre o tráfico de pessoas. A proposta surgiu das reuniões com representantes dos núcleos e postos avançados, a partir da análise de bancos de dados existentes relacionados direta ou indiretamente.

- CPI

Acompanhamento das reuniões da CPI do Tráfico de Pessoas.

Apresentação de relatório sobre as ações desenvolvidas pelo Governo Brasileiro no enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil.

Apresentação à CPI das ações do Ministério da Justiça no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

- Participação em Eventos Nacionais

Planejamento da transferência do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Ministério Público para a Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, em Goiânia, no período de 24 a 26 de fevereiro de 2011.

Palestra sobre Tráfico de Seres Humanos, no V Congresso Viver Mulher, realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo, realizado em Brasília, no dia 18 de março de 2011.

Inauguração do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante, no Ceará, no dia 24 de março de 2011.

Inauguração do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, na Bahia, no dia 24 de março de 2011.

Palestrante na Oficina para elaboração da Política Estadual de Tráfico de Pessoas, realizada pelo Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, no dia 04 de abril de 2011, em Cuiabá/MT.

Participação na discussão e orientação para implantação do Núcleo Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Mato Grosso, no período de 03 a 05 de maio de 2011.

Participação no Seminário Estadual de Enfrentamento e Combate ao Tráfico de Pessoa, realizado no dia 06 de maio de 2011, em Fernando de Noronha.

Participação na Agenda Institucional do Governo do Estado do Pará, realizado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado, nos dias 12 e 13 de maio de 2011.

Palestra sobre dados do tráfico de pessoas no Brasil: Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, dados, rotas, programa de proteção à vítimas, realizada no dia 30 de maio, na Procuradoria Geral da República, em Brasília.

Participação no Workshop Internacional sobre Tráfico de Pessoas – Realizado pelo Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da Reunião Especializada dos Ministérios Públicos do Mercosul – realizada em 30 de maio de 2011 em Brasília – DF e Goiânia – GO.

Palestrante no Seminário sobre Tráfico de Pessoas, realizado pela Coordenação Regional da Comissão Justiça e Paz (CIP) da Região Norte II da CNBB (Pará e Amapá), promovido pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará nos dias 23 a 26 de junho de 2011 – Belém – PA.

Participação na audiência pública da CPI do Tráfico de Pessoas do Senado Federal, ocorrido no Rio de Janeiro – RJ no dia 29 de agosto de 2011.

Palestrante e orientador de facilitação metodológica na Plenária Livre ocorrida em Goiânia – GO para produzir propostas para o II PNETP em 20 de setembro de 2011.

Palestrante e orientador de facilitação metodológica na Plenária Livre ocorrida em Niterói – RJ para produzir propostas para o II PNETP em 21 de setembro de 2011.

Participação no Seminário “Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças” e Plenária Livre realizada pelo Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Salvador – BA, realizado no dia 23 de setembro de 2011.

Participação na Plenária Livre para construção do II PNETP promovido pelo Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos do Piauí realizada em 26 de setembro de 2011.

Palestrante e orientador de facilitação metodológica na Plenária Livre ocorrida em Teresina - PI para produzir propostas para o II PNETP em 25 a 26 de setembro de 2011.

Participação na Plenária Livre para construção do II PNETP promovido pelo Instituto do Cuidar realizada no período de 29 a 30 de setembro de 2011 em Garanhuns – Pernambuco.

Palestrante no evento Encontro Nacional da Rede Um Grito Pela Vida, sobre o tema “Situação atual do tráfico de pessoas no Brasil, uma visão da problemática por região, o horizonte do II PNETP e as estratégias preventivas do Governo para os eventos internacionais que o Brasil sediará”, realizada em Goiânia – GO no dia 14 de outubro de 2011.

Estas ações estão alinhadas com o objetivo estratégico nº 26 – “Intensificar a cooperação nacional e internacional”

- Participação em eventos internacionais

“Missão ao Equador e Peru – Reuniões sobre Imigração Haitiana”, nos dias 01 a 03 de março, que teve como objetivo tratar da questão da entrada de haitianos no Brasil e dos pedidos de refúgio.

Palestrante na “Reunião Sub-Regional Andina de Autoridades em Gestão Fronteiriça, Mobilidade Humana e Tráfico de Pessoas: Em busca de novos consensos”, nos dias 29 e 30 de março de 2011.

Participação no Workshop promovido pelo UNODC intitulado “Sessão de treinamento no Manual contra o Tráfico de Pessoas para Profissionais do Sistema de Justiça Penal”, nos dias 18 e 20 de abril/2011, na Sede das Nações Unidas em Viena.

Participação no evento “Primeira Rodada de Encontros Técnicos preparatória à XXIX Reunião de Ministros do Interior do Mercosul e Estados Associados”, nos dias 05, 06 e 07 de abril - Assunção – Paraguai.

Palestrante no Seminário Internacional “Respostas à Violência Baseada, em Gênero no Cone Sul: Avanços, Desafios e Experiências Promissoras”, no período de 18 a 21 de julho de 2011, em Assunção/Paraguai.

Viagem à Viena para planejamento estratégico de implementação do Projeto Itineris, com o ICMPD e visita técnica ao UNODC– agosto de 2011.

Participação na “Reunião de Oficiais de Contato Especializados na Luta contra o Tráfico de Pessoas”, organizado pela oficina Regional da INTERPOL para a América do Sul no período de 20 a 22 de setembro de 2011.

Participação no “Seminário O Tráfico de mulheres no MERCOSUL. Por um acordo regional de atendimento ‘as mulheres vítimas de tráfico de pessoas’”, no período de 15 a 16 novembro de 2011.

Estas ações estão alinhadas com o objetivo estratégico nº 26 – “Intensificar a cooperação nacional e internacional”

- ENAFRON

O projeto ENAFRON tem o objetivo de implementar e criar uma rede de segurança pública para as comunidades residentes na faixa de fronteira de onze estados, no intuito de garantir a efetividade das políticas públicas de segurança e para o mapeamento das ações criminosas típicas de fronteira, foram propostas e aprovadas importantes ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas: – realização de diagnóstico sobre o tráfico de pessoas nas áreas de fronteira; implantação de dez Postos Avançados de Atendimento Humanizado aos Migrantes nas cidades gêmeas em Unidades Fronteiriças da Federação; realização de dez cursos de capacitação em enfrentamento ao tráfico de pessoas para agentes públicos nessas regiões. Estas ações estão relacionadas ao objetivo estratégico nº 23 do MJ: “Enfrentar o tráfico de pessoas [drogas e armas]”.

- Encontro Nacional da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Realizado de 7 a 9 de Novembro de 2011, em Recife, Pernambuco, o II Encontro Nacional da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi a reunião mais ampla da rede brasileira de organizações governamentais e não governamentais que enfrenta o tráfico de pessoas em suas diversas expressões em 2011. O encontro teve como objetivos: o fortalecimento da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; consolidar o II PNETP com a participação de organizações sociais e gestores de políticas públicas; promover debates para a coleta de contribuições para a elaboração do sistema de monitoramento do II PNETP; promover debates para a coleta de contribuições para o marco da constituição do Conselho Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; promover uma melhor integração entre os atores membros da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; promover maior intercâmbio e fortalecimento de relações entre atores nacionais e internacionais para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil e no âmbito da União Européia e do Mercosul.

Estiveram presente mais de 200 pessoas, representando ministérios e secretarias de Estado, governos estaduais, governos municipais, organizações que trabalham com a prevenção e o atendimento à vítimas, representantes de movimentos de proteção e promoção de direitos humanos étnicos, raciais, de gênero, das crianças e dos adolescentes, LGBT, de profissionais do sexo, pesquisadores, operadores do sistema de garantia de justiça e direitos, cooperação internacional, juristas, equipes de núcleos e postos que atendem diretamente os casos de tráfico de pessoas, entre outros.

Esta ação contribui para a realização do objetivo estratégico nº 23 do MJ: “Enfrentar o tráfico de pessoas [drogas e armas]”.

- II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O II PNETP se constitui em um conjunto das ações a serem implementadas por Ministérios e Secretarias, originado de intenso processo de diálogo (análises e debates em muitos espaços e grupos diferentes, acontecidas entre junho e novembro de 2011). Como resultado do rico processo participativo, o II PNETP se conformou em cinco linhas operativas: 1) aperfeiçoamento da normatização para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; 2) integração e fortalecimento das operações e sistemas das políticas públicas, redes de atendimento e organizações para uma efetiva atuação e entrega de serviços necessários ao enfrentamento do tráfico de pessoas; 3) capacitação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; 4) produção, gestão e disseminação de informação e conhecimento sobre tráfico de pessoas; 5) campanhas, mobilização e incidência para o enfrentamento ao tráfico de pessoas. Cada linha operativa se desdobra em atividades e metas, que expressam as ações concretas, qualitativa e/ou quantitativamente descritas de forma a permitir que o monitoramento do plano no futuro informe sua real execução.

O II Encontro Nacional de ETP se constituiu assim na instância final de validação pública do II PNETP. Esta sistemática criou um ambiente de legitimidade de todo o processo de elaboração do II PNETP, sem comprometer os poderes e deveres da função de Estado em relação ao plano nacional de políticas públicas para enfrentar o tráfico de pessoas.

A minuta do Decreto de Aprovação do II PNETP e de constituição do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi encaminhada à Secretaria de Assuntos Legislativos do MJ, em dezembro de 2011, para análise e encaminhamento à Casa Civil.

Esta ação é, por excelência a efetivação do objetivo estratégico nº 23 do MJ: “Enfrentar o tráfico de pessoas [drogas e armas]”.

Outra vertente de ações da Secretaria Nacional de Justiça é desenvolvida pelo **Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI**. Esse foi concebido para ser um importante instrumento de acesso internacional à justiça e de enfrentamento ao crime organizado. Essa atribuição foi, ao longo do tempo, sendo desenvolvida por meio de diferentes frentes que tangenciam desde a cooperação jurídica internacional, a articulação institucional voltada para o combate à lavagem de dinheiro, e a replicação de laboratórios de informática que auxiliam as autoridades investigativas a processarem grandes quantidades de dados.

A Coordenação-Geral de Recuperação de Ativos (CGRA), responsável pela cooperação jurídica internacional em matéria criminal, tem a atribuição de receber, analisar, adequar, transmitir e acompanhar a execução dos pedidos de assistência realizados pelas autoridades brasileiras e estrangeiras. A Coordenação-Geral de Cooperação Jurídica Internacional (CGCI), responsável pela cooperação jurídica internacional em matéria civil, tem a atribuição de receber, analisar, adequar, transmitir e acompanhar a execução dos pedidos de assistência realizados pelas autoridades brasileiras e estrangeiras nessa área.

A Assessoria de Tratados e Foros (ATF) está encarregada de coordenar a atuação brasileira nos foros internacionais que tratam das matérias relacionadas ao Departamento. O trabalho da ATF abrange a prestação de contas do Brasil aos foros internacionais, no que diz respeito aos compromissos assumidos pelo País, como, por exemplo, os mecanismos de acompanhamento do Grupo de Ação Financeira (GAFI) e da Convenção da ONU Contra a Corrupção (Convenção de Mérida).

A Coordenação-Geral de Articulação Institucional (CGAI) é responsável por duas importantes vertentes do papel do DRCI no combate à lavagem de dinheiro. O primeiro refere-se à realização de cursos de capacitação em todos os Estados da Federação. É também por meio da CGAI que o Departamento secretaria a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), acompanhando sua evolução ao longo do ano, a execução das suas metas e organizando as reuniões periódicas dos seus respectivos grupos. O papel de Secretaria-Executiva da ENCCLA, além de se prestar à organização dos eventos relacionados, deve também abranger um trabalho de conteúdo, de maneira que o Departamento possa influenciar de maneira decisiva nos rumos tomados pela Estratégia, inclusive no que diz respeito ao conteúdo das metas aprovadas.

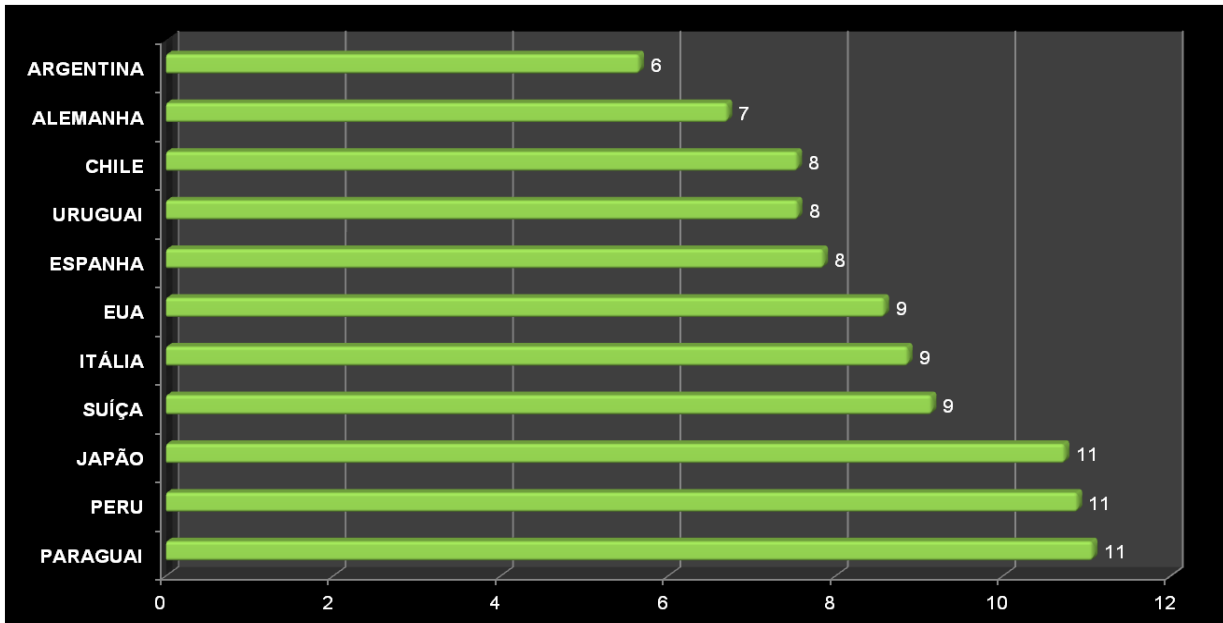
Finalmente, o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) foi criado para ser uma ferramenta de auxílio à investigação, dotada de modernos programas de análise, mineração e cruzamento de dados, capazes de processar grande quantidade de informação. Constituem objeto de análise do LAB-LD investigações de grande porte, cuja coleta de provas reúna quantidade expressiva dados. Cabe ao LAB-LD, diante do acervo que lhe é fornecido pela autoridade investigativa, mapear conexões e, com isso, gerar um retrato claro da organização criminosa sob investigação. O LAB-LD, além de realizar a análise de determinados casos, trabalha também na replicação do seu modelo em nível estadual.

No seu papel de Autoridade Central para cooperação jurídica internacional, o DRCI divide as tarefas entre CGRA e CGCI.

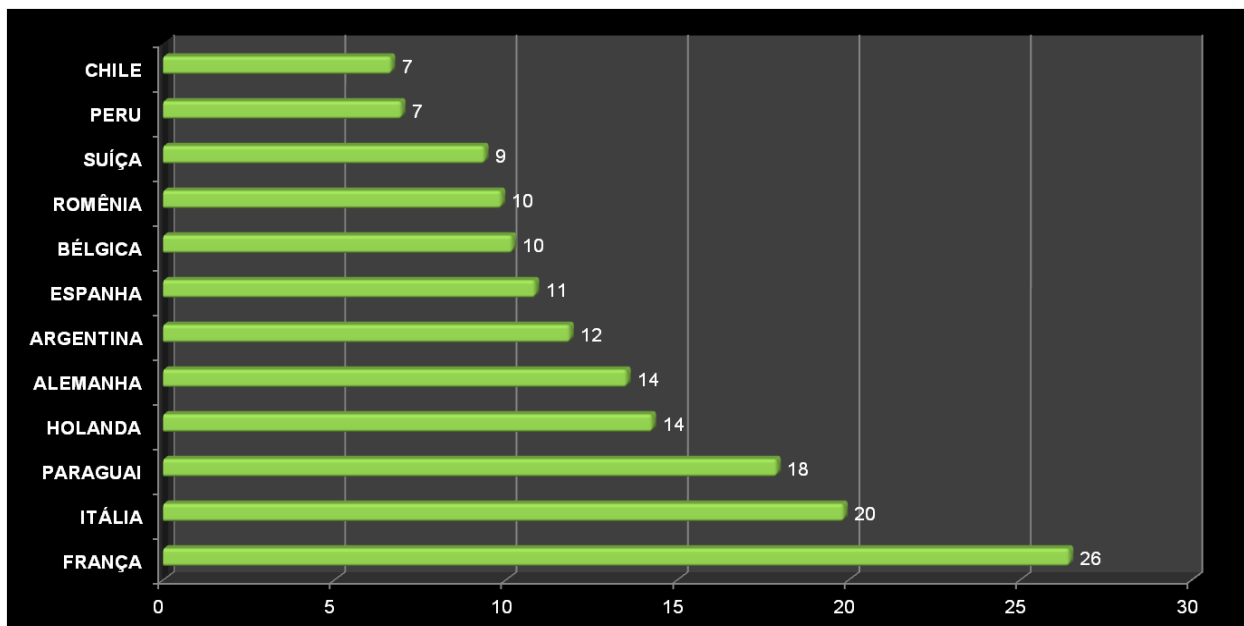
Em 2011, a CGRA recebeu mais de 1.000 novos processos de cooperação jurídica internacional em matéria penal, sendo que aproximadamente 84% deles consistiram em solicitações ativas e 16% em solicitações passivas. Isso demonstra que o Brasil se projeta no regime internacional da cooperação jurídica, sobretudo, como um país demandante, o que reforça a importância da assistência internacional recíproca e de um órgão especializado para tanto.

Ademais, em 2011, a coordenação-geral inovou ao estruturar um banco de dados estatísticos a respeito dos pedidos de cooperação jurídica internacional em trâmite na Coordenação, o que auxilia a elaboração de estratégias de atuação com vistas à efetividade da assistência internacional recíproca. Tal banco de dados permite hoje estimar que os pedidos de cooperação ativos demoram em média 9 meses para serem cumpridos, enquanto que os pedidos passivos demoram em média 14 meses para serem cumpridos. Os dados começaram a ser coletados no dia 03 de junho de 2011 e são sistematicamente coletados pelos técnicos de cada coordenação.

Tempo Médio de Cumprimento de Diligências de Pedidos Ativos, em Meses



Tempo Médio de Cumprimento de Diligências de Pedidos Passivos, em Meses:



A CGRA instituiu também um sistema de alerta processual. Com isso, os técnicos monitoram de 3 em 3 meses a execução dos pedidos de cooperação jurídica, permitindo prestação de atendimento às partes interessadas no padrão de qualidade e celeridade desejáveis.

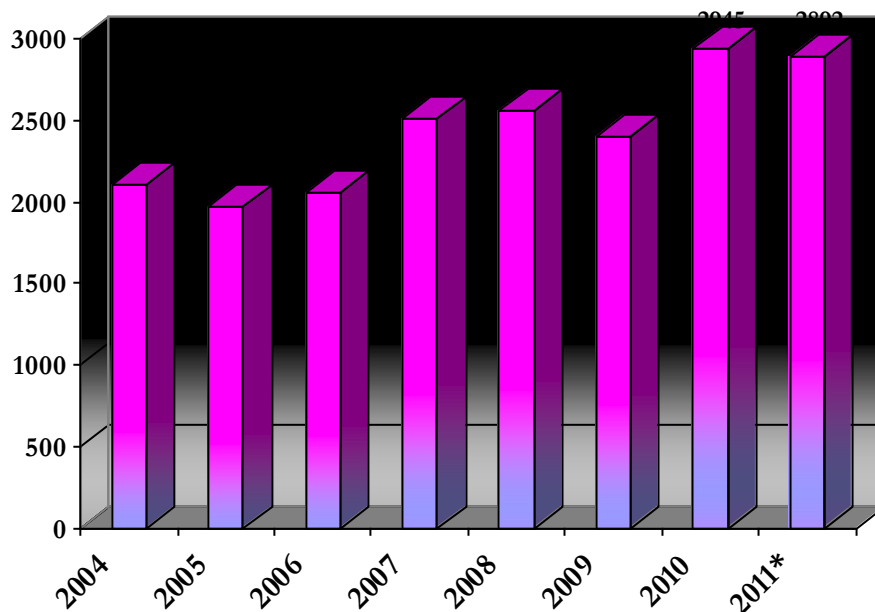
Foi realizado também o saneamento de todos os processos da Coordenação de Recuperação de Ativos (em torno de 2.500 processos) e o saneamento dos processos da Coordenação de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal está em andamento, o qual totaliza em torno de 4.400 processos. O objetivo do saneamento é verificar quais processos necessitam de andamento e quais já foram concluídos, impedindo que os processos fiquem sem resposta, de maneira que o arquivo do nosso Departamento conte apenas com processos em andamento.

Com relação à cooperação jurídica internacional em regiões de fronteira, destaca-se a realização do 1º Workshop Grotius Cooperação nas Fronteiras, que contou com a participação de atores diretamente envolvidos nos processos de cooperação jurídica internacional em regiões de fronteira.

A CGCI lida com a cooperação jurídica internacional em matéria civil, incluindo-se a prestação internacional de alimentos. No ano de 2011, foram tramitados na Coordenação-Geral aproximadamente 2.900 pedidos de cooperação jurídica internacional. Aqui também foi instituído o sistema de alerta e de saneamento dos processos.

Pedidos de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil

2004 a 2011*



* Dado colhido em novembro de 2011

Em 2011, criou-se Grupo de Trabalho em parceria com a SAL, Receita Federal do Brasil, a PGFN e a PGU, para discutir a cooperação jurídica em matéria fiscal. Foram realizadas reuniões para analisar e discutir a viabilidade de o Estado brasileiro aderir à Convenção da OCDE sobre Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Fiscal. O grupo analisou a convenção e aspectos relativos à cooperação jurídica para futuras cobranças decorrentes de ações de execução fiscal constante do texto do acordo.

A partir do recebimento de alguns pedidos de cooperação em matéria de falência transnacional, a CGCI diagnosticou a necessidade de buscar a inserção do Brasil no cenário internacional de cooperação para esse tema, especialmente no âmbito da United Nations Commission on International Trade Law – UNCITRAL. Nesse sentido, a nosso pedido, o MRE pleiteou e reconquistou o assento brasileiro naquela comissão, o que deve permitir uma maior aproximação do organismo internacional que coordena as iniciativas de cooperação em casos de falência transnacional.

A CGCI também realizou Seminários sobre Cooperação Jurídica Internacional e Assistência Jurídica Internacional Gratuita, cujo principal objetivo é divulgar a prestação da assistência jurídica gratuita por meio da cooperação jurídica internacional, bem como fortalecer a parceria entre os órgãos envolvidos na execução da cooperação jurídica internacional e na prestação de assistência jurídica gratuita, como a Defensoria Pública da União e Estaduais, Departamento de Estrangeiros e

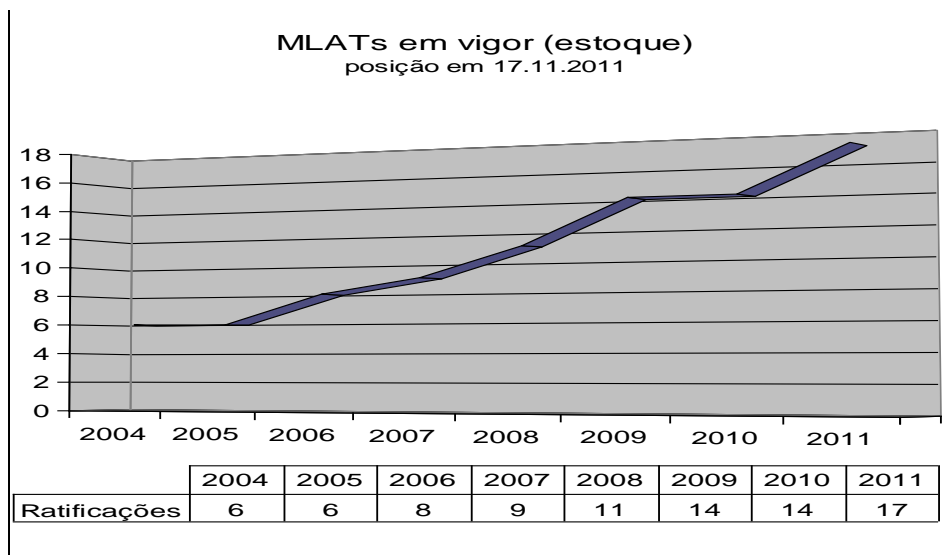
Ministério das Relações Exteriores. Esses seminários capacitaram cerca de 120 pessoas, sendo que 80% foram Defensores Públicos Federais e Estaduais.

Desenvolveu-se, ainda, medidas relacionadas ao fortalecimento do DRCI como autoridade central para prestação internacional de alimentos. O DRCI, além das participações nas negociações para a ratificação do Brasil à Convenção da Haia de Alimentos, constituiu um grupo de estudo a fim de discutir as propostas de declarações, bem como as possíveis reservas à Convenção sobre Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e outros Membros da Família.

No que se refere aos Tratados e Foros Internacionais, em 2011, o DRCI se dedicou a um conjunto amplo de negociações bilaterais sobre temas de sua competência, especialmente de acordos de auxílio jurídico mútuo. Em matéria civil, houve a proposta de acordo para cumprimento de obrigação em prestação de alimentos com o Canadá, além da reabertura das negociações com Israel e do envio de propostas para Índia, Itália, Rússia e Ucrânia.

Em matéria penal, as negociações bilaterais com Israel, Hong Kong e Turquia foram concluídas neste ano. Foram enviadas propostas de acordo para Bolívia e Paraguai. O Departamento enviou, ainda contraproposta para a revisão do atual acordo entre Brasil e Itália. Propostas de acordo estão em curso de análise também com respeito à Costa Rica, Filipinas e Grécia. Neste ano, foram analisados pelo Departamento e enviados ao Congresso Nacional os acordos negociados com Alemanha, Angola, Bélgica, El Salvador, Jordânia e Reino Unido. Foram ainda promulgados em 2011 os acordos negociados pelo Departamento, em parceria com o Itamaraty, com México, Nigéria e Panamá.

Acordos de Auxílio Jurídico Mútuo em vigor (2004 – 2011)



Em 2011, o DRCI/SNJ fortaleceu a sua participação no âmbito da Comissão Técnica Preparatória para a Reunião de Ministros da Justiça do MERCOSUL, tendo conseguido avançar no tema de Recuperação de Ativos Fiscais e obter apoio a iniciativas em outros foros, como quanto à implementação da Rede Hemisférica de Cooperação Jurídica em Matéria de Família e Infância, no âmbito da Organização dos Estados Americanos - OEA.

O DRCI também estreitou as suas relações com a Rede Iberoamericana de Cooperação Judicial, promovendo a divulgação das ferramentas disponibilizadas pela Rede e por esta Autoridade Central a juízes, membros do Ministério Público, Defensores Públicos, Advogados da União e outros operadores do direito, por meio de três eventos em diferentes regiões do país, a fim de garantir abrangência nacional. Os eventos foram realizados em Brasília, Recife e São Paulo, sempre em parceria com a Procuradoria-Geral da República e o Superior Tribunal de Justiça, membros da Seção Nacional da IberRede, Seção esta coordenada pelo DRCI/SNJ.

A representação do DRCI foi importante para a eleição do Brasil, no encontro realizado em Caracas, Venezuela, na última semana de setembro, para a Vice-Presidência do Grupo de Peritos para o combate à lavagem de dinheiro - LAVEX, no âmbito da Organização dos Estados Americanos – OEA para os anos de 2012 a 2013, passo necessário para o exercício da Presidência no biênio seguinte.

Buscando o fortalecimento da cooperação jurídica em matéria civil, o Departamento buscou espaço ainda, no âmbito da Organização dos Estados Americanos - OEA, dando impulso ao projeto piloto de criação de uma Rede Hemisférica de Cooperação Jurídica em Matéria de Família e Infância.

Finalmente, em 2011, em parceria com o Itamaraty, o DRCI negociou nova Portaria Interministerial regulando o trâmite da cooperação jurídica internacional entre as autoridades requerentes e as duas Pastas, coroando árduo esforço iniciado em 2004 para suceder o regulamento existente, que data de 1990.

Com foco na articulação institucional, em referência à ENCCLA, foram realizadas mais de 70 reuniões dos Grupos de Trabalho das 17 ações programadas para 2011, bem como de seu Gabinete de Gestão Integrada – GGI sendo que todas as ações foram realizadas e seus relatórios foram aprovados na Reunião Plenária da ENCCLA 2012, realizado em 22/11/11 a 25/11/11, na cidade de Bento Gonçalves/RS.

Com relação à vertente ligada à capacitação, foram realizados, em 2011, onze edições do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), permitindo a capacitação de 1.213 agentes públicos. Os Estados atendidos pelo PNLD foram: São Paulo, Piauí, Amazonas, Paraíba, Pará, Acre, Rio Grande do Norte, Fortaleza e Distrito Federal.

Ainda, quatro edições do Programa de Capacitação em Matéria de Cooperação Jurídica Internacional – Grotius Brasil, permitindo a capacitação de 204 agentes públicos. Os Estados atendidos foram: Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Realizou-se, ainda, Seminário Internacional de Futebol e Lavagem de Dinheiro, em Brasília, nos dias 7 a 8 de dezembro, com 100 agentes capacitados de diversos órgãos, tais como Judiciário Federal, Polícia Federal, Receita Federal, Tribunal de Contas da União, Advocacia Geral da União, Controladoria Geral da União, Judiciário Estadual, Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal. Como palestrantes nesse evento servidores das seguintes instituições: Tribunal Regional Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Ministério da Justiça e Jornalistas.

Por fim, foi realizada a reunião plenária da ENCCLA 2012, de 22 a 25 de novembro de 2011, com a participação de 164 convidados e com a representatividade de 63 órgãos, dentre eles: ABIN, MJ, ADPF, AGU, AJUFE, BACEN, BB, CÂMARA, CASA CIVIL, CEF, CJF, CNJ, CNMP, CNPG, COAF, PMRS, CONJUR, CVM, DEJUS, DNRC, DPF, FEBRABAN, FPCC/RS, GNCOC, GOV/RS, SGI/PR, INSS, MD, MP/PB, MP/RJ, MP/RS, MPF, MP/MG, MPS, FUNADE, PC/RS, PGFN, PREVIC, RFB, SARH, SDE, SENADE, SENADO, SJDH/RS, SLTI/MPOG, SOF/MPOG, SRJ, STF, SSP/RS, STJ, PF/RS, SUSEP, TCE/RS, TCU e TJ/RS.

No que se refere aos Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro, foram entregues equipamentos de informática no montante de R\$ 3,428 milhões, do PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, aos 15 Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro, replicados nos estados da Federação, equipando-os para a prevenção à corrupção e à lavagem de dinheiro, em cumprimento aos Termos de Cooperação Técnica assinados pelo Ministério da Justiça. Desde o início das replicações do modelo do LAB-LD, já foram investidos o total de R\$ 11.400.681,37 nos Laboratórios cedidos a órgãos estaduais de persecução penal e ao Departamento de Polícia Federal. Licenças de software desse método foram também cedidas, por meio de Termo de Cooperação, ao COAF – Conselho de Controle das Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda.

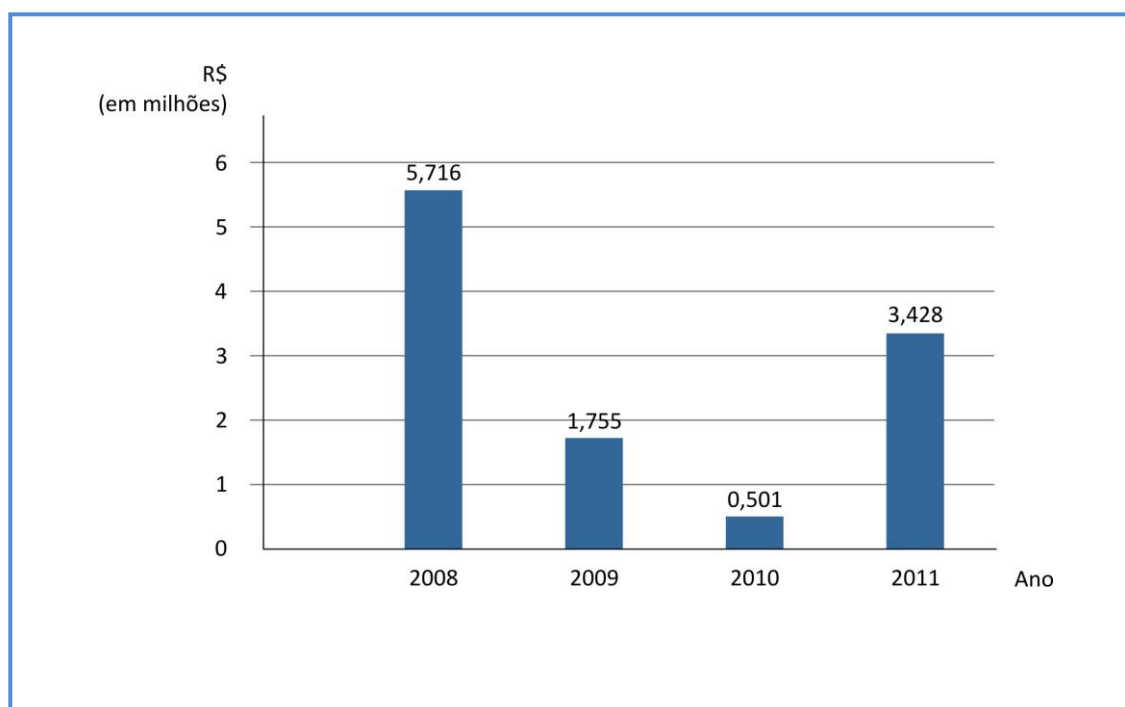


Gráfico 1: Investimentos na replicação dos LAB-LDs, por ano.

Tabela 1: LABs replicados, até o presente momento.

	Cidade	UF	ÓRGÃO
1	Salvador	BA	Ministério Público do Estado da Bahia

2	Salvador	BA	Polícia Civil do Estado da Bahia
3	Brasília	DF	SNJ/Ministério da Justiça
4	Brasília	DF	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
5	Brasília	DF	Departamento de Polícia Federal
6	Rio de Janeiro	RJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
7	Rio de Janeiro	RJ	Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
8	Porto Alegre	RS	Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
9	São Paulo	SP	Ministério Público do Estado São Paulo
10	São Paulo	SP	Polícia Civil do Estado de São Paulo
11	Goiânia	GO	Ministério Público do Estado de Goiás
12	Belo Horizonte	MG	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
13	Belo Horizonte	MG	Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
14	Vitória	ES	Ministério Público do Estado do Espírito Santo
15	Curitiba	PR	Ministério Público do Estado do Paraná
16	Florianópolis	SC	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina

O DRCI realizou entendimentos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil para a instalação de um Laboratório, nos moldes do LAB-LD/DRCI/SNJ, naquele órgão, visando capacitá-los a processar grandes volumes de dados oriundos das suas bases de dados de contribuintes e impostos.

Foram organizados dois Encontros de Gestores dos LAB-LDs replicados, nos meses de maio e setembro/2011, com vistas a discutir e aprimorar práticas gerenciais e operacionais dos novos Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro.

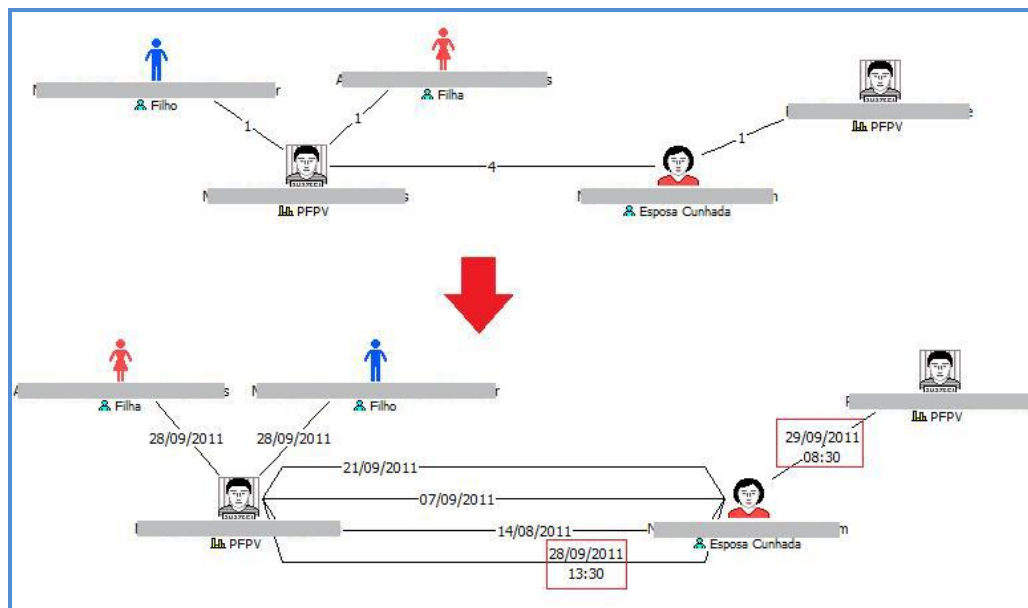
Realizou-se, ainda, encontro com representantes da Unidade de Inteligência Financeira – UIF da Bolívia, na cidade de Rio Branco/AC, para apresentação do método de trabalho do LAB-LD e troca de experiências em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro nos dois países, visando à

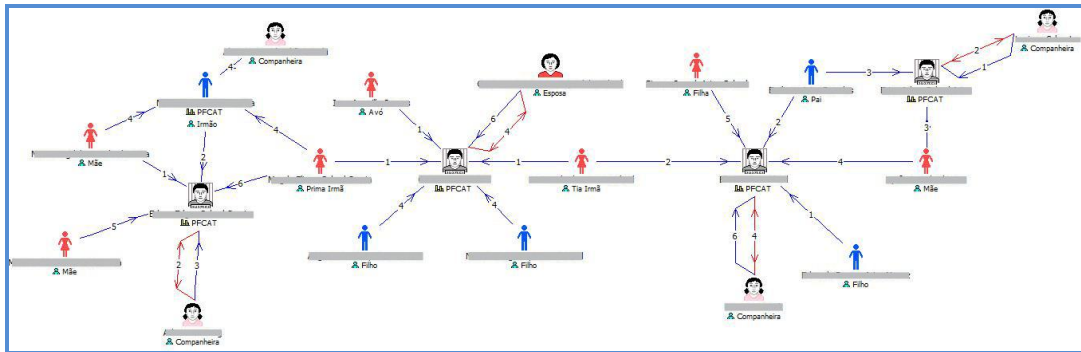
futura cooperação para a instalação de um LAB-LD na Bolívia, conforme Acordo de Cooperação firmado entre o Ministro da Justiça do Brasil e o Ministro de Governo do Estado Boliviano.

Foram organizados três eventos de capacitação, nas cidades de Florianópolis, Belo Horizonte e Salvador, nas ferramentas do software “i2” utilizadas pelo LAB-LD, a fim de contemplar 50 servidores pertencentes a seis novos Laboratórios ainda não capacitados, os novos servidores do LAB-LD/DRCI, como também com disponibilização de vagas a órgãos parceiros como a AGU, RFB e COAF.

Iniciou-se um projeto conjunto de análise de informações de inteligência entre o LAB-LD/DRCI/SNJ e o Departamento Penitenciário Federal - DEPEN. Foi desenvolvido novo Modelo de Dados Relacional (MER) para tratar exclusivamente das informações de interesse do DEPEN. Os resultados começarão a atender às necessidades de inteligência do DEPEN em 2012, melhorando a inteligência e a tomada de decisões sobre os fatos ocorridos nas Penitenciárias Federais.

Imagens de Análise de relacionamentos – Projeto DEPEN.





Trabalhou-se em conjunto com a Secretaria de Direito Econômico – SDE/MJ no desenvolvimento de método de análise de dados para o Combate aos Cartéis em Licitação por meio da aplicação de soluções de tecnologia na análise de informações estratégicas, que é a especialidade do LAB-LD. Foi desenvolvido novo Modelo de Dados Relacional (MER) para tratar exclusivamente das informações de interesse da SDE/MJ.

Prestaram-se orientações à equipe da AGU – Advocacia Geral da União que se encontra incumbida de implantar, naquele órgão, um escritório de produção de informações estratégicas nos moldes do LAB-LD/DRCI/SNJ.

No que se refere ao tema dos migrantes, o **Departamento de Estrangeiros - DEEST** trabalha para o fortalecimento de uma política migratória voltada à garantia dos direitos fundamentais do migrante, harmônica com a segurança do País e em coordenação com a Política Nacional para os refugiados.

O DEEST é responsável pela prestação de serviços públicos e de cidadania cada vez mais reclamados pela sociedade, dentre os quais podem ser citados os registros e averbações, pedidos de residência, prorrogações de prazo de estada de estrangeiros, transformações de vistos e residências, naturalização, assuntos afetos à nacionalidade, requisição de direitos políticos, medidas compulsórias (deportação, expulsão e extradição), e transferência de pessoas condenadas. Responde também, pela apresentação e tramitação de pedidos de reciprocidade de tratamento internacional; pela negociação e operacionalização de acordos internacionais de extradição, transferência de pessoas condenadas, regularização migratória, assistência a brasileiros no exterior, bem como pelo Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, dentre outros, e por uma gama de representações em Conselhos, Comissões, Grupos de Trabalho e Foros Internacionais.

O Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE foi criado pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. É um órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça, que reúne segmentos representativos da área governamental, da sociedade civil e das Nações Unidas. Destaca-se no âmbito de sua competência a declaração, em primeira instância, do reconhecimento da condição de refugiado daqueles solicitantes que se enquadrem nos critérios legais de elegibilidade, estabelecidos na Lei nº 9.474/97, traçados à luz do Estatuto dos Refugiados de 1951. Incumbe, ainda, ao CONARE estabelecer políticas públicas para refugiados, bem como coordenar as ações que envolvem a temática do refúgio em todos os seus aspectos. O Comitê é constituído por um representante do Ministério da Justiça, que o preside; um representante do Ministério das Relações Exteriores; um representante do Ministério do Trabalho e Emprego; um representante do Ministério da Saúde; um representante do Ministério da Educação; um representante Departamento de Polícia Federal; um representante de organização não-governamental (ONG), que se dedique a atividades de assistência e proteção de refugiados no País – Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro; um representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, com direito a voz, sem voto.

Das representações do DEEST, sobreleva ressaltar a participação no Conselho Nacional de Imigração (CNIg); no Grupo de Trabalho visando o Aperfeiçoamento de Políticas que viabilizem a gestão do Turismo Náutico brasileiro; no Grupo de Trabalho Interministerial com vistas ao acompanhamento dos efeitos da crise econômico-financeira mundial sobre as Comunidades brasileiras no Exterior; no Conselho Nacional do Turismo (CNT); no Grupo de Trabalho Interministerial para o Processo de Elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; e outros.

Dentre os Foros Internacionais que contam com a participação de representantes do DEEST destacam-se os encontros técnicos preparatórios à Conferência de Ministros de Justiça dos Países Iberoamericanos, à Reunião de Ministros de Justiça e de Interior do Mercosul e Estados Associados, ao Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento, à Conferência Sulamericana sobre Migrações; além das reuniões técnicas como a dos “Pontos de Contato e Enlaces da IberRede”; Comissão Mista Brasil-Bolívia sobre Drogas; Reunião sub-regional Andina das Altas Autoridades em gestão Fronteiriça, Mobilidade Humana e Tráfico de Pessoas; Reuniões dos Pontos de Contatos para o Sistema Contínuo de Reportes sobre Migração Internacional das Américas (Sicremi), vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA); entre outros.

O volume de demanda é bastante elevado, eis que, de todos os documentos protocolados no Ministério da Justiça, estima-se que cerca de 80% são dirigidos ao Departamento de Estrangeiros, considerado o maior “cliente” do Protocolo Geral deste Ministério.

Para se ter idéia do montante citado no parágrafo anterior, ilustra-se em quadros comparativos a média de Decisões do Departamento nos últimos cinco anos, separados por Divisões, desconsiderando-se, nestes, os vários outros procedimentos necessários à instrução dos autos.

Divisão de Estudos e Pareceres (DIEP)

<i>Ano</i>	<i>Expedientes e Consultas Respondidas</i>	<i>Manifestações em Acordos Internacionais</i>	<i>Expedientes Judiciais Respondidos</i>
2007	332	20	25
2008	236	40	12
2009	578	19	63
2010	694	124	108
2011	868	49	147

Divisão de Medidas Compulsórias (DIMEC)

<i>Ano</i>	<i>Pedidos de Extradução Ativa Formalizados</i>	<i>Pedidos de Extradução Passiva Formalizados</i>	<i>Extradições Passivas Deferidas</i>	<i>Extradições Ativas Deferidas</i>	<i>Determinação de Instauração de Inquérito de Expulsão</i>	<i>Expulsões Decretadas</i>
2006	32	20	15	4	<i>Não disponível</i>	232
2007	73	26	12	3	<i>Não disponível</i>	220
2008	36	34	12	4	1.007	294
2009	28	30	2	4	700	412
2010	55	39	10	3	1.039	375
2011	50	31	24	10	921	300

<i>Ano</i>	<i>Transferências Passivas Aprovadas</i>	<i>Transferências Ativas Aprovadas</i>	<i>Transferências Ativas Efetivadas</i>	<i>Deportações</i>	<i>Repatriações</i>
<i>2006</i>	<i>2</i>	<i>Não disponível</i>	<i>2</i>	<i>56</i>	<i>139</i>
<i>2007</i>	<i>5</i>	<i>Não disponível</i>	<i>8</i>	<i>53</i>	<i>160</i>
<i>2008</i>	<i>9</i>	<i>Não disponível</i>	<i>28</i>	<i>63</i>	<i>275</i>
<i>2009</i>	<i>9</i>	<i>39</i>	<i>17</i>	<i>45</i>	<i>174</i>
<i>2010</i>	<i>9</i>	<i>16</i>	<i>17</i>	<i>34</i>	<i>136</i>
<i>2011</i>	<i>34</i>	<i>20</i>	<i>6</i>	<i>13</i>	<i>167</i>

Divisão de Nacionalidade e Naturalização (DINAT)

<i>Ano</i>	<i>Naturalizações Concedidas</i>	<i>Assuntos sobre Nacionalidade Deferidos</i>	<i>Alterações de Assentamentos Deferidos</i>	<i>Igualdades de Direitos Reconhecidas pelo Brasil</i>	<i>Reaquisições de Direitos Políticos</i>	<i>Certidões Negativas ou Positivas Emitidas</i>
<i>2006</i>	<i>593</i>	<i>192</i>	<i>437</i>	<i>143</i>	<i>96</i>	<i>21.774</i>
<i>2007</i>	<i>351</i>	<i>187</i>	<i>172</i>	<i>106</i>	<i>160</i>	<i>21.034</i>
<i>2008</i>	<i>1.119</i>	<i>197</i>	<i>184</i>	<i>147</i>	<i>0</i>	<i>22.223</i>
<i>2009</i>	<i>1.056</i>	<i>114</i>	<i>343</i>	<i>112</i>	<i>313</i>	<i>28.861</i>
<i>2010</i>	<i>2.116</i>	<i>398</i>	<i>535</i>	<i>128</i>	<i>313</i>	<i>43.341</i>
<i>2011</i>	<i>1.119</i>	<i>230</i>	<i>548</i>	<i>353</i>	<i>208</i>	<i>51.012</i>

Divisão de Permanência de Estrangeiros (DIPE)

<i>Ano</i>	<i>Pedidos de Prorrogação de Prazo de Estada Decididos</i>	<i>Pedidos de Permanência Definitiva e de Transformação de Vistos Decididos</i>
<i>2006</i>	<i>9.780</i>	<i>10.282</i>
<i>2007</i>	<i>8.972</i>	<i>6.948</i>
<i>2008</i>	<i>10.689</i>	<i>7.190</i>
<i>2009</i>	<i>10.452</i>	<i>12.681</i>

<i>2010</i>	<i>18.058</i>	<i>19.181</i>
<i>2011</i>	<i>17.812</i>	<i>13.981</i>

Em sintonia com as premissas da atual gestão do Ministério da Justiça, o Departamento de Estrangeiros vem reunindo esforços para melhorar a eficiência e a eficácia de suas ações, inclusive primando pela harmonização, modernização e desburocratização de procedimentos.

Tendo em vista a grande demanda no âmbito das atribuições do Departamento de Estrangeiros e a falta de estrutura física e de pessoal para seu atendimento de forma racionalizada, a valorização dos recursos humanos foi uma das premissas da gestão durante o ano de 2011, ao encontro do Objetivo Estratégico nº 04, do Mapa do Planejamento Estratégico do MJ: “Valorizar os recursos humanos e a participação”.

Nesse sentido, foram implementadas diversas ações voltadas aos funcionários da Unidade. Uma delas foi a criação do prêmio “Funcionário do Mês”, com a finalidade de valorizar a qualidade e quantidade das atividades desempenhadas. A premiação ocorre durante a comemoração dos aniversariantes do mês, onde, também, são lidos elogios do público externo, visando estimular o sentimento de respeito e demonstrar a importância do papel institucional de cada um para o alcance de resultados concretos.

A promoção e oferta de cursos de capacitação em matérias de competência do DEEST, e a luta pela concessão de Funções Comissionadas Técnicas (FCT) a 06 servidores, também são exemplos de promoção e valorização de recursos humanos a partir da análise de critérios objetivos, tendo por base as atividades desempenhadas por cada servidor. No ano de 2011, foram promovidas aos servidores palestras com especialistas sobre o “Novo Passaporte brasileiro”; o “Sistema de Tráfego Internacional”; e sobre “Nacionalidade e Naturalização”, esta última ministrada pela Jurista Mirtô Fraga.

Além disso, servidores do DEEST proferiram palestras sobre diversos assuntos de sua competência, relativas a vistos e permanência de estrangeiros no Brasil, transformação da residência provisória em permanente ao amparo na Lei de Anistia (Lei nº 11.961/2009), extradição, transferência de pessoas condenadas, mão-de-obra estrangeira no Brasil, entre outros, e cujo público foi representado por diversas autoridades do Poder judiciário e executivo, além de estudiosos e operadores do Terceiro Setor.

Destaca-se a participação de servidores do DEEST no Seminário "Aprendendo por Experiências: Cooperação Bilateral para a Gestão Migratória", realizado pela OEA; no XXXIII Curso Interamericano sobre Migrações Internacionais, e no Curso sobre Legislação Migratória Internacional, promovidos pela Organização Internacional para as Migrações (OIM); além do Curso sobre Gestão de Acordos de Cooperação Técnica Internacional, coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Controladoria Geral da União (CGU), e do Curso de Direito Internacional dos Refugiados.

O Departamento de Estrangeiros desenvolveu uma série de ações com vistas a alcançar os Objetivos Estratégicos nº 08, 29 e 32, do Mapa do MJ, respectivamente: “Padronizar e agilizar os processos de trabalho e de gestão”, “Aprimorar o sistema normativo e institucional”, e “Democratizar e modernizar o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos”.

No ano de 2011 foram promovidas reuniões periódicas com os chefes das Unidades do DEEST, com o objetivo de padronizar os entendimentos e facilitar o processo de tomada de decisões, além de possibilitar a discussão conjunta quanto à necessidade de implementação de novas práticas capazes de reduzir e aprimorar os fluxos de trabalho.

Sobre esse aspecto, destaca-se a publicação da Portaria nº 01, de 02 de maio de 2011, que subdelegou competência à Chefe de Divisão de Nacionalidade e Naturalização para autorizar a alteração de assentamentos e a mudança do nome ou do prenome posteriormente à naturalização, reduzindo uma instância do nível de decisão, simplificando o fluxo das atividades e acelerando o trâmite desses pedidos, que, somados, estima-se um total anual de mais de 500 demandas.

Além disso, foram revisadas as redações dos atos administrativos internos como Despachos e Decisões publicadas no Diário Oficial da União, bem assim modelos de documentos oficiais, a fim de padronizá-los e torná-los mais compreensíveis aos agentes envolvidos e, conseqüentemente, aos usuários dos serviços. Nesse contexto, foi determinada a publicação das Decisões dos pedidos de alteração de assentamentos e de indeferimento de igualdade de direitos e obrigações civis amparadas no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre Brasil e Portugal.

Portanto, avançou-se na elaboração e construção de Sistema Gerencial que abarcará todos os assuntos tratados no DEEST, a fim de viabilizar a produção de dados estatísticos e gerenciais, parâmetros de desenvolvimento de ações.

Outro Projeto em curso, e que obteve avanços significativos no ano de 2011, foi a informatização dos registros e processos de nacionalidade, naturalização e medidas compulsórias para composição de banco de dados que integrará o Sistema Gerencial. Para tanto, foi contratada empresa para a digitalização e inteligenciamento de documentos (Contrato 39/2011), visando a transformação em arquivo eletrônico dos documentos/processos armazenados, considerado como o primeiro passo para o processo digital.

No entanto, ainda há muito a ser feito para que seja amplamente implementado o processo digital, afinal, segundo levantamento do mês de dezembro de 2011, o acervo do DEEST representa mais de 67 milhões de folhas, distribuídas entre a Sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, cujos documentos remontam de 1823 a 1959, com cerca de 5 milhões de folhas; a Coordenação Regional do AN em Brasília, reunidos de 1960 a 1974, com estimativa de 29,4 milhões de folhas; além do Arquivo Central do MJ, registrando do ano de 1975 a 2011, cerca de 32,8 milhões de folhas, e os documentos temporariamente armazenados no Subsolo do Anexo II, cujo quantitativo ainda não foi estimado.

Nesse sentido, no dia 29 de março de 2011, foi assinado Acordo de Cooperação com o Arquivo Nacional, para a ampliação do acesso da Secretaria Nacional de Justiça às informações contidas em seu acervo que se estão sob guarda daquele Órgão.

Para abranger toda a documentação inerente ao DEEST, o Departamento está elaborando um Termo de Referência para uma Ata de Registros de Preços, que contemplará serviços de digitação, digitalização, indexação e inteligenciamento de documentos, em que se espera a contratação de nova empresa e início das atividades até o fim do ano de 2012.

No que se refere ao acesso à informação, foi instituído no mês de maio de 2011, Grupo de Trabalho para proceder à revisão, atualização e alimentação permanente do Sítio eletrônico do Departamento de Estrangeiros, a fim de evitar defasagem das informações. Além disso, o GT iniciou o atendimento das demandas do Portal Fale Conosco, que se encontravam sem atendimento desde sua implementação.

Outro passo foi a instituição de Grupo de Trabalho responsável por elaborar um manual com orientações e normativas inerente à situação jurídica de estrangeiros no Brasil, que espera concluir suas atividades com a edição do livro até o final do ano de 2012, já com orientações preventivas nas áreas de segurança e saúde para os Mega Eventos de 2014 e 2016.

No ano de 2011 também foi criado o Twitter oficial do DEEST (Migracoes_BR), por meio do qual realiza-se a divulgação de inúmeras notícias que envolvem diretamente o Departamento de Estrangeiros, e a Secretaria Nacional de Justiça.

Para conferir visibilidade às ações e políticas em desenvolvimento, além de promover a aproximação da sociedade para a temática, bem assim difundir os direitos e deveres dos migrantes, no ano de 2011 buscou-se divulgar nos principais veículos de informação (mídia), notícias sobre decisões e procedimentos adotados pelo DEEST.

Destaque-se que, no ano de 2011, o Brasil passou a integrar o Sistema Contínuo de Reportes sobre Migração Internacional das Américas (Sicremi), tendo como ponto focal o DEEST. Trata-se de iniciativa da Comissão Especial de Assuntos Migratórios da OEA, que objetiva a construção de relatórios anuais contendo informações sobre legislação, história e políticas migratórias, resultando em instrumento com análise pormenorizada de fluxos migratórios dos países da OEA.

A proteção e promoção dos direitos dos migrantes é tema multidisciplinar que demanda ações em diversos planos, como a intensificação do controle e fiscalização das fronteiras, o enfrentamento ao tráfico de pessoas e migrantes, e o combate ao crime organizado transnacional, além da necessidade de coordenação com outros Estados, tudo sem perder o foco humanitário que deve ser observado e conferido ao tema.

Correlaciona-se a cinco Objetivos Estratégicos do Mapa do MJ, quais sejam: 13 – “Proteger e promover os direitos dos estrangeiros”; 23 – “Enfrentar o tráfico de pessoas, drogas e afins”; 25 – “Intensificar o controle e a fiscalização das fronteiras”; e 26 – “Intensificar a Cooperação Nacional e Internacional”.

Entre as atividades desenvolvidas no ano de 2011, destaca-se a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria Nacional de Justiça, a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulado “Promoção de Direitos no Contexto da Política Migratória brasileira”, com vistas à promoção dos direitos dos migrantes, adotando mecanismos transparentes e participativos que assegurem a exigibilidade de direitos pelos estrangeiros no Brasil.

Com vigência até o dia 30 de março de 2014, espera-se que, ao final do Projeto, sejam obtidos os aportes necessários à efetiva implementação de políticas públicas cujas diretrizes sejam

mais bem estruturadas a partir da troca de experiências, informações e subsídios que se pretende extrair, inclusive da sociedade civil organizada.

Para a harmonização das demandas, e no contexto da promoção e garantia de direitos, foram editadas a Portaria SNJ nº 13, de 09 de junho de 2011, que disciplina procedimentos para transformação da residência provisória em permanente, concedida sob o amparo de caso omissis ou situação especial (Portaria SNJ nº 22/2009); e a Portaria MJ nº 1.700, de 28 de julho de 2011, que disciplina a instrução dos pedidos de transformação da anistia, facilitando e esclarecendo os documentos hábeis a atender ao disposto na Lei nº 11.961/2009.

A partir dessas iniciativas, muitos estrangeiros que encontravam dificuldades na instrução dos pedidos de residência permanente foram beneficiados, e conseguiram complementar o pedido de anistia conferida no ano de recebida em 2009, garantindo a continuidade da residência no Brasil e o exercício dos direitos civis, inclusive, servindo-se importante ferramenta preventiva à imigração irregular, e ao tráfico de pessoas.

Em razão dessas medidas, e o posicionamento do Governo brasileiro em relação às questões de repressão às práticas xenófobas, de deportações em massa, de criminalização da imigração irregular, entre outras, é que, no Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento (GFMD, na sigla em inglês), realizado em Genebra/Suíça, no mês de dezembro de 2011, o Brasil, representado, entre outros, pelo DEEST, foi aplaudido ao discorrer sobre as medidas de caráter humanitário aqui adotadas.

Tendo em conta a importância da articulação com a sociedade e entidades que lidam com os temas de competência do DEEST, foram realizadas ações com vistas à ampliação da participação social na construção das políticas públicas desenvolvidas e implementadas. Nesse âmbito, há se destacar a aproximação com a Rede Solidária, formada por entidades que lidam diretamente com a proteção e auxílio a imigrantes e refugiados no Brasil.

À guisa de exemplificação, destaca-se o apoio concedido pelo Centro Scalabriano para Migrações (CSEM), pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), e pela Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, na difusão das informações prestadas pelo DEEST sobre a regularização migratória dos nacionais haitianos e os procedimentos para a transformação em permanente da residência provisória concedida pela Lei nº 11.961/2009 (Anistia).

Aliás, a Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, editou Cartilha em que o Departamento de Estrangeiros contribuiu com a formulação do texto, que versa sobre a segunda fase da Anistia.

Visando assegurar a ampla defesa e o contraditório, necessários à regularidade dos procedimentos de expulsão, e difundir o Instituto da transferência de pessoas condenadas, foram estabelecidas parcerias com diversos Órgãos públicos. Citem-se tratativas com a Defensoria Pública da União (DPU) do Estado de São Paulo, para a realização de defesa dativa de estrangeiros hipossuficientes que se encontram condenados no País, e o apoio técnico ofertado aos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo Interdisciplinar, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça, que visa a identificar soluções e prestar assistência aos presos estrangeiros.

O DEEST tem desenvolvido ações em busca do controle migratório unificado no âmbito Regional. O primeiro passo foi negociar com a Argentina o Acordo Operacional com o objetivo de estabelecer modalidade de controle migratório integrado com base em registro compartilhado do movimento de pessoas, harmonizando e compatibilizando os sistemas e procedimentos, a fim de facilitar e agilizar a circulação de pessoas na área de fronteira. Cópia desse Acordo foi entregue ao Governo do Uruguai, para estudo sobre a possibilidade de negociação de instrumento similar.

O aumento dos fluxos de bens, serviços e capitais entre Estados, fortalecem os laços de cooperação entre esses, e o trânsito de pessoas proporciona, aos países de trânsito e destino, um crescimento cultural e econômico. Porém, a experiência empírica nos revela que não se pode pretender a abertura de fronteiras sem instrumentos que permitam controlar os excessos que podem advir, como, por exemplo, o acesso da criminalidade organizada transnacional.

Uma das providências adotadas nesse sentido no ano de 2011 foi a proposição de Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), para troca de informações sobre estrangeiros com processos em trâmite no DEEST.

Ao encontro dos Objetivos Estratégicos nº 24 – “Enfrentar o crime organizado e a lavagem de dinheiro” e nº 26 – “Intensificar a Cooperação Nacional e Internacional” do Mapa do MJ, o Departamento de Estrangeiros trabalhou na apresentação e tramitação de pedidos de reciprocidade de tratamento internacional. Igualmente contribui com esses objetivos a partir da negociação e

harmonização da implementação de Acordos internacionais, a exemplo dos relativos aos Institutos da extradição e da transferência de pessoas condenadas, e de regularização migratória.

Somente no ano de 2011, foram negociados pelo DEEST 27 Acordos internacionais, sendo 11 de extradição (Alemanha, Áustria, Cazaquistão, Costa Rica, Hong Kong, Indonésia, Itália, Irã, Marrocos, Síria e Turquia); 12 de transferência de pessoas condenadas (Alemanha, Benin, Cazaquistão, Equador, Hong Kong, Índia, Indonésia, Israel, Itália, Lituânia, Romênia e Turquia); além de outros sobre temas migratórios, como, por exemplo, o Acordo Operacional sobre Cooperação nos Controles Migratórios Fronteiriços entre Brasil e a Argentina; o Acordo Marco para Cooperação em Matéria de Segurança entre o Ministério da Segurança Pública da República Argentina e o Ministério da Justiça do Brasil; o Acordo Estratégico de Integração Brasil e México na área de serviços jurídicos; e o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa em Matéria de Segurança Interna.

Na área de cooperação técnica nacional, ressaltam-se a articulação com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), da Presidência da República, em especial a Autoridade Central Administrativa Federal, para tratar da controversa questão da outorga da nacionalidade brasileira às crianças e adolescentes estrangeiras adotadas por brasileiros; e a articulação com a Advocacia-Geral da União (AGU) para atuação nas ações judiciais interpostas por estrangeiros, contra a União e seus agentes.

Também em 2011, A Coordenação da Política Nacional sobre os Refugiados realizou diversos eventos, dentre os quais destacam-se:

REUNIÕES PLENÁRIAS: Ordinárias: 10 reuniões e Extraordinárias: 01 reunião;

MISSÕES DE ENTREVISTAS COM SOLICITANTES DE REFÚGIO: São Paulo/SP – (14.02 a 18.02.2011) – 2 assessoras; Rio de Janeiro/RJ – (28.03 a 31.03.2011) – 2 assessoras: Rio de Janeiro/RJ – (06.06 a 10.06.2011) – 2 assessoras: São Paulo/SP – (27.06 a 01.07.2011) – 2 assessoras: Fortaleza/CE – (20.07 a 21.07.2011) – 1 assessora: Porto Alegre/RS – (08.08 a 12.08.2011) - 1 assessora: Rio de Janeiro/RJ – (29.08 a 02.09.2011) – 1 assessora: São Paulo/SP – (12.09 a 15.09.2011) – 1 assessora Manaus/AM – (12.09 a 16.09.2011) – 1 assessora: São Paulo/SP – (17.10 a 20.10.2011) – 1 assessora: Paranaguá/PR – (21.10 a 22.10.2011) – 1 assessora.

SEMINÁRIOS E REUNIÕES: Rio Branco, Epitaciolândia e Brasília/AC - (16.01 a 20.01.2011):
1) Missão Tripartite de Contato com Autoridades e Refugiados” - 2) Genebra/Suíça - (25.01 a

26.01.2011): “Reunião do Grupo de Trabalho sobre Reassentamento (Working Group on Resettlement)” – 3) Madrid/Espanha - (27.01 a 31.01.2011): “Conferência do Instituto Universitário de Investigación Ortega y Gasset” – 4) São Paulo/SP – (24.02 a 25.02.2011): “1ª Oficina sobre Trabalho e Emprego para Solicitantes de Refúgio e Refugiados” – 5) Quito/Equador e Lima/Peru – (28.02 a 04.03.2011): “Missão Interministerial sobre Tráfico de Imigrantes” – 6) Porto Alegre/RS – (21.03 a 22.03.2011): “I Seminário de Proteção e Integração de Refugiados” – 7) Brasília/DF – (02.05.2011): “II Curso em Direito Internacional dos Refugiados para Professores Universitários” – 8) Rio Branco/AC - (04.05 a 05.05.2011): “Audiência Pública Convocada pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Estado do Acre” – 9) São Paulo/SP, Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, Manaus/AM (23.05.2011): 1ª Oficina de Jornalismo sobre Proteção Internacional de Refugiados – 10) Brasília/DF – (26.05 a 27.05.2011): “Oficina sobre Direito Internacional dos Refugiados: Aspectos substantivos e procedimentais da determinação da condição de refugiado” – 11) Brasília/DF – (02.06 a 03.06.2011): “VII Encontro das Redes de Proteção – Integração local de refugiados e migrantes na sociedade brasileira: oportunidades e desafios” – 12) Vila Velha/ES - (13.06.2011): “II Seminário Nacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello” – 13) Genebra/Suíça (04.07 a 06.07.2011): “Consultas Anuais Tripartites sobre Reassentamento -14) Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP – (26.07 a 27.07.2011): “Reuniões CONARE - Cáritas Arquidiocesanas” -15) Brasília/DF – (02.08.2011) – “Reunião Solene Extraordinária do CONARE” -16) Montevidéu/Uruguai – (19.09 a 23.09.2011): “IX Curso Regional sobre Direito Internacional dos Refugiados: Desafios contemporâneos de proteção internacional nas Américas” -17) Brasília/DF – (28.09 a 29.09.2011) – “Encontro de Auto-Avaliação da Elegibilidade do Refúgio no Brasil” – 18) Genebra/Suíça (11.10 a 12.10.2011): “Reunião do Grupo de Trabalho sobre Reassentamento (Working Group on Resettlement)” – 19) Rio de Janeiro/RJ – (24.10.2011): “2ª Oficina sobre Trabalho e Emprego para Solicitantes de Refúgio e Refugiados” – 20) Brasília/DF – (24.11.2011): “2ª Conferência do Desenvolvimento” – 21) Porto Alegre/RS - (28.11 a 29.11.2011): “1º Colóquio do Núcleo de Direitos Humanos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS” – 22) Genebra/Suíça – (07.12 a 08.12.2011): “Reunião Ministerial dos Estados Partes nas Convenções sobre o Estatuto dos Refugiados e sobre a Redução da Apatrídia” – 23) Brasília/DF – (20.12.2011) – “Audiência Pública sobre a situação de imigrantes haitianos no Estado do Acre”.

CAPACITAÇÕES PROMOVIDAS: Seminários sobre Direitos e Procedimentos de Refúgio no Brasil realizados junto a Delegados e Agentes da Polícia Federal: Porto Alegre – 12.08.2011 e Manaus – 16.09.2011

CONVÊNIOS COM A SOCIEDADE CIVIL: Objetivando a integração local de refugiados e solicitantes de refúgio; celebrados em 2010, com vigência até a dezembro de 2011. Valor total repassado à sociedade civil: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais): Cáritas Arquidiocesana de São Paulo: Convênio celebrado com a Instituição para a integração local dos refugiados e solicitantes de refúgio, com repasse da importância de R\$ 266.035,00 (duzentos e sessenta e seis mil e trinta e cinco reais), e vigência de 12 meses; Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro: Convênio celebrado com a Instituição para a integração local dos refugiados e solicitantes de refúgio, com repasse da importância de R\$ 266.035,00 (duzentos e sessenta e seis mil e trinta e cinco reais), e vigência de 6 meses; Instituto Migração e Direitos Humanos: Convênio celebrado com a Instituição para a integração local dos refugiados e solicitantes de refúgio, com repasse da importância de R\$ 67.930,00 (sessenta e sete mil e novecentos e trinta reais), e vigência de 11 meses.

VISTORIAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DOS CONVÊNIOS: Rio de Janeiro/RJ – 12.12 a 13.12.2011; São Paulo/SP – 14.12 a 15.12.2011; Brasília/DF – 21.12.2011.

Fechando 2011, chega-se a um total de 4.477 refugiados no Brasil, dos quais, 053 reconhecidos por vias tradicionais de elegibilidade; 24 reconhecidos pelo Programa de Reassentamento (que permanecem no país).

Apesar da diversidade de assuntos tratados e do grande número de nacionalidades presentes no universo de solicitantes de refúgio e refugiados, dois fenômenos destacaram-se em meio às atividades desenvolvidas pelo CONARE no ano de 2011. Um dos destaques referiu-se ao expressivo número de solicitações de refúgio apresentadas por estrangeiros de religião muçulmana empregados por frigoríficos brasileiros que praticam o abate halal para fins de exportação. Nacionais de Bangladesh e do Paquistão constituíam a esmagadora maioria dos solicitantes de refúgio vinculados a este ramo de trabalho. Submetidos ao procedimento de determinação da condição de refugiado à luz das cláusulas de elegibilidade previstas na Lei nº 9.474/97, tais processos de solicitação de refúgio evidenciaram a ocorrência de um fluxo misto, em que razões de fundo econômico motivavam a vinda ao Brasil de parte significativa deste contingente de estrangeiros. A natureza temporária dos contratos de trabalho firmados pelos solicitantes de refúgio empregados no abate halal ocasionava uma constante movimentação destes estrangeiros por diversos Estados do território brasileiro, dificultando o contato para a realização de entrevistas e notificações relacionadas ao processo de refúgio.

Outro destaque entre os temas tratados pelo CONARE em 2011 relacionou-se às solicitações de refúgio feitas por nacionais do Haiti. Ainda que o fenômeno da chegada de solicitantes de refúgio haitianos tenha se iniciado já em janeiro de 2010, logo em seguida ao terremoto ocorrido no Haiti, foi em 2011 que o fluxo adquiriu uma maior proporção, pressionando a estrutura do CONARE e dos ministérios nele representados, além dos estados fronteiriços por onde ocorria o ingresso por via terrestre destes estrangeiros, sobretudo o Acre. O CONARE registrava, ao final de 2011, mais de 3.500 solicitações de refúgio formuladas por nacionais do Haiti, número que se aproxima do total de refugiados reconhecidos desde a aprovação da Lei nº 9.474/97 e a criação do CONARE. Mesmo com o encaminhamento das solicitações ao Conselho Nacional de Imigração – CNIg por meio da Resolução Normativa nº 13 do CONARE - após decisão plenária que vislumbrou a possibilidade de permanência dos haitianos no país por motivos humanitários -, os procedimentos de renovação de protocolo provisório seguiam junto aos órgãos ligados ao CONARE até a decisão definitiva sobre a permanência, absorvendo fortemente os recursos humanos disponíveis.

Finalmente, destaque à promoção de integração federativa realizada pela SNJ, com a participação do DEEST, objetivando divulgar aos Estados as ações e ofertar serviços prestados pela Secretaria. Importante ressaltar que a divulgação nos Estados das atividades da SNJ conduz a aproximação do Poder Público em seus diversos níveis. No ano de 2011, participaram destas reuniões a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, a Secretaria de Estado e Defesa de Minas Gerais, e a Secretaria de Direitos Humanos e Justiça do Rio de Janeiro.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	1413
Denominação	Promoção da Justiça e da Cidadania
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos
Objetivos Específicos	Democratizar e aperfeiçoar o acesso à justiça e à cidadania - Promover a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas e serviços nacionais e internacionais de justiça e cidadania para a consolidação da democracia.
Gerente	Paulo Abrão Pires Junior
Público Alvo	Vítimas e potenciais vítimas do tráfico de pessoas e seus familiares e agentes que atuam na prevenção, repressão e assistência às vítimas; estrangeiros no Brasil e comunidades brasileiras no exterior; crianças e adolescentes espectadores e usuários de diversões públicas em geral; entidades sociais; e autoridades requerentes e requeridas no âmbito da cooperação jurídica internacional.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
5.100.000,00	5.100.000,00	4.261.183,00	2.064.542,00	2.196.641,00	2.064.542,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não se aplica						
Análise do Resultado Alcançado						
Não se aplica						

Fonte: <http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>

Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo

- Contingenciamento no exercício

Não houve contingenciamento dos recursos.

- Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo

Em virtude da transição de governo e assunção de novos dirigentes, a execução das despesas dilatou-se para o segundo semestre do ano. A negociação de novos acordos, principalmente os de cooperação técnica internacional também se estendeu bastante em virtude da necessidade de fortalecer as atividades de planejamento das unidades. O calendário dos maiores eventos das unidades já estava consolidado para o final do exercício, de modo que grande parte das despesas foi empenhada, mas não houve tempo de efetivar sua liquidação.

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	1164				
Denominação	Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro				
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais				
Objetivo Geral	Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos				
Objetivos Específicos	Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça				
Gerente	Ricardo Andrade Saadi				
Público Alvo	Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
3.745.411,00	3.745.411,00	3.601.442,00	2.336.302,00	1.265.140,00	2.308.005,00
Informações sobre os resultados alcançados					
Ordem	Indicador (Unidade)	Referência		Índice	Índice atingido no

	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	exercício
1	Índice de Bloqueio de Contas no Exterior	10/08/2007	40%	60%	60%	Não há registro
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre o número de contas bloqueadas e o número de respostas de pedido de bloqueio, multiplicado por 100, segundo a fórmula: índice de bloqueio de contas no exterior = (número de contas bloqueadas/ número de respostas de pedido de bloqueio) x 100.						
Análise do Resultado Alcançado						
Não se aplica.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Valor de Ativos Preservados	30/04/2007	0,00	12.500,000 (em R\$ mil)	12.500,000 (em R\$ mil)	Não há registro
Fórmula de Cálculo do Índice						
Soma dos depósitos novos em contas judiciais provenientes do sistema de leilões eletrônicos.						
Análise do Resultado Alcançado						
Não se aplica.						

Fonte: <http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>

Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo

- Contingenciamento no exercício

Não houve contingenciamento dos recursos.

- Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo

Em virtude da transição de governo e assunção de novos dirigentes, a execução das despesas dilatou-se para o segundo semestre do ano. A negociação de novos acordos, principalmente os de cooperação técnica internacional também se estendeu bastante em virtude da necessidade de fortalecer as atividades de planejamento das unidades. O calendário dos maiores eventos das unidades já estava consolidado para o final do exercício, de modo que grande parte das despesas foi empenhada, mas não houve tempo de efetivar sua liquidação.

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

<i>Função</i>	<i>Subfunção</i>	<i>Programa</i>	<i>Ação</i>	<i>Tipo da Ação</i>	<i>Prioridade</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta prevista</i>	<i>Meta realizada</i>	<i>Meta a ser realizada em 2012</i>
14	122	1413	2272	A	4	Ação padronizada	Ação padronizada	Ação padronizada	-
14	128	1413	2328	A	4	Unidade	473	256	-
06	212	1413	2330	A	4	Unidade	30	27	-
04	125	1413	2735	A	4	Unidade	8000	8457	-
14	125	1413	6436	A	4	Unidade	12000	12570	-
03	422	1413	8192	A	4	% de execução física	100	0	-
14	422	1413	8198	A	4	Unidade	20	0	-
14	422	1413	8204	A	4	Unidade	15	15	-
14	422	1413	8972	A	4	Unidade	3	3	-
06	212	1164	2332	A	4	Unidade	252	160	-
06	128	1164	2390	A	4	Unidade	600	1899	-
06	183	1164	8217	A	4	Unidade	75	75	-
06	183	1164	8218	A	4	Unidade	12	12	-

Fonte: <http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>

Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ

- Cumprimento das metas físicas

Das doze ações com metas estabelecidas, percebe-se que em oito delas (2330; 2735; 6436; 8204; 8972; 2390; 8217; 8218) houve o cumprimento da meta em mais de 90% do previsto, o que implica em um índice de adequação de 66% do planejado ao executado.

Em relação à ação 2330 - Negociação de Acordos de Cooperação Internacional – verifica-se que foram negociados acordos envolvendo os temas de extradição e transferência de pessoas condenadas com os seguintes países: Índia, Portugal, Romênia, Argentina, Áustria, Benin, Cazaquistão, Costa Rica, Equador; Alemanha; Israel, Lituânia, Turquia, Indonésia, Itália, Hong Kong, México; Irã; Marrocos e Síria.

A ação 2735 - Cadastro Nacional de Entidades – atingiu a meta de acompanhar mais de 8mil entidades registras no CNEs.

Em relação à ação 6436 - Classificação de Diversões e Espetáculos Públicos – informa-se que a meta foi superada, classificando-se mais de 12.500 produtos.

A ação 8204 - Apoio aos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – realizou a manutenção e o apoio aos nove Núcleos e Postos existentes e foram firmados convênios para a criação de mais seis Núcleos, atingindo assim a meta de quinze núcleos e postos mantidos.

Na ação 8972 - Apoio a Albergues para Refugiados – firmou-se três convênios com entidades sociais que trabalham historicamente com a temática dos refugiados permitindo o cumprimento integral da meta.

Na ação 2390 - Capacitação Técnica de Agentes em Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – foram realizadas 21 atividades de capacitação chegando ao montante de 1899 agentes públicos e privados capacitados.

Em relação à ação 8217 - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) - informa-se que a ENCCLA tem se consolidado como um espaço privilegiado de integração entre mais de 60 órgãos públicos no que concerne à articulação de ações para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Da ação 8218 - Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro – é possível inferir que o LAB-LD continua em funcionamento produzindo os relatórios que lhe são solicitados com vistas à aprimorar os mecanismos de combate à lavagem de dinheiro.

- Ações que apresentaram problemas de execução

Quatro ações foram replanejadas em sua execução, não podendo considerar esse fato como um efetivo problema de execução. A Ação 2328 - Capacitação de Agentes nas áreas de Justiça e Cidadania foi integralmente destinada à realização do II Encontro Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (07 a 09/11) e da III Reunião Técnica de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (09 a 11/11), tendo sido capacitadas 256 pessoas no somatório dos dois eventos, entre técnicos e dirigentes de núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas estaduais, postos de atendimento humanizado aos migrantes, representantes do Governo Federal, representantes de organismos internacionais, representantes de organizações não governamentais. A atual Administração entendeu que ainda que não se atingisse a meta física, o ideal seria promover encontros robustos, de uma maior duração, e com isso com maior custo per capita, visando que a ação de capacitação fosse mais efetiva.

A ação 8198 - Produção e Disseminação de Informações, Estudos e Pesquisa – foi direcionada a projeto de cooperação técnica internacional que somente foi firmado ao final de 2011, de modo que os estudos e pesquisas que serão produzidos serão entregues apenas em 2012, motivo pelo qual considerou-se a execução dessa a ação como 0 no exercício de 2011.

A ação 8192 - Implantação do Serviço de Prestação Internacional de Pensão Alimentícia – pode ser considerada cumprida, pois a Portaria Interministerial, que cria o Grupo de Trabalho que visa aprimorar o sistema de justiça brasileiro nos aspectos relativos à cooperação jurídica

internacional para a prestação de alimentos, foi firmada pelo Ministério da Justiça e Ministério das Relações Exteriores no início de 2012. Espera-se como principal produto do referido grupo de trabalho um mapeamento das lacunas e sobreposições existentes no ordenamento pátrio, que impedem uma prestação jurisdicional efetiva em matéria de alimentos no exterior. Espera, ainda, como produto do GT, um rol de proposições de ordem legislativa e operacional que permitam ao Estado Brasileiro aderir à Convenção da Haia para a prestação internacional de alimentos.

Ação 2332 - Quebra de Sigilo Bancário no Exterior - A obtenção de quebra de sigilo bancário no exterior depende da solicitação de autoridades competentes no Brasil em função da necessidade de utilização de tal meio de prova em investigações e processos judiciais em curso. A meta inicial não foi alcançada tendo em vista que o número de investigações e processos judiciais em curso no Brasil relacionados à matéria e que ensejaram um pedido de cooperação jurídica internacional sofreu um decréscimo resultando em 160 obtenções de quebra de sigilo bancário no exterior ao longo do ano de 2011.

- Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

A ação 2390 - Capacitação Técnica de Agentes em Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – superou de forma significativa as metas estabelecidas, atingindo um índice de mais de 300% de cumprimento. Esse resultado demonstra o amadurecimento dos processos de capacitação da unidade, que estão conseguindo atingir um público cada vez maior mantendo a qualidade e a logística sob controle.

- Ações prioritárias na LDO

Não se aplica.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

<i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i>	<i>Código da UO</i>	<i>Código SIAFI da UGO</i>
Secretaria Nacional de Justiça	30101	30101

2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO						6.320.000,00	24.210.000,00
	PLOA						6.170.000,00	24.007.000,00
	LOA						6.170.000,00	24.007.000,00
CRÉDITOS	Suplementares							455.000,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total		-	-	-	-	6.170.000,00	24.462.000,00	

Fonte: SIAFI

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		980.000,00	790.000,00				
	PLOA							

		830.000,00	993.000,00				
	LOA	830.000,00	993.000,00				
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados		55.000,00					
Outras Operações							
Total		830.000,00	938.000,00	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	6.320.000,00	24.210.000,00	980.000,00	790.000,00		
	PLOA	6.170.000,00	24.007.000,00	830.000,00	993.000,00		
	LOA	6.170.000,00	24.007.000,00	830.000,00	993.000,00		
CRÉDITOS	Suplementares		455.000,00				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							

				55.000,00		
Outras Operações						
Total	6.170.000,00	24.462.000,00	830.000,00	938.000,00	-	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional

- Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA

As dotações propostas pela UO, PLOA e LOA foram aprovadas com uma pequena redução.

- Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior

Em relação ao exercício de 2010, a LOA de 2011 foi bastante reduzida, tendo em vista que no ano anterior esta secretaria contou com um orçamento de quase 20 milhões para a realização do 12º Congresso de Prevenção do Crime e Justiça da ONU, em Salvador, Bahia.

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	CGL	06 212 1164 2332 0001			453.030,87
		CGL	04 125 1413 2735 0001			82.318,64
		CGL	14 125 1413 6436 0001			418.904,89
		CGL	06 128 1164 2390 0001			362.175,11
		CGL	06 183 1164 8217 0001			577.001,24
		CGL	06 183 1164 8218 0001			197.745,47
		CGL	14 122 1413 2272 0001			931.952,89
		CGL	06 212 1413 2330 0001			572.794,90
		CGL	14 422 1413 8204 0001			692.226,50
		CGL	14 422 1413 8972 0001			600.000,00
		CGL	14 128 1413 2328 0001			200.000,00
		CGL	03 422 1413 8192 0001			176.143,02
		CGL	14 422 1413 8198 0001			449.194,77
	Recebidos	PRONASCI	06 181 1453 8855 0001			620.877,40
		PRONASCI	06 422 1453 8857 0001			1.702.542,03

Movimentação Externa	Concedidos	DPF	06 183 1164 8217 0001			172.435,19
		MRE	06 212 1413 2330 0001			18.470,66
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	CGL	06 212 1164 2332 0001	20.392,00		
		CGL	14 125 1413 6436 0001	31.463,32		
		CGL	14 122 1413 2272 0001	87.713,16		
	Recebidos	PRONASCI	06 422 1453 8857 0001	1.256.086,47		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa

- análise do impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício

Referem-se a movimentações de dotações internas e externas em função de que cabe CGL a execução de todas as ações, em razão da SNJ não ser cadastrada como unidade executora.

A movimentação externa concedida à DPF se refere ao apoio que essa unidade concedeu à SNJ para a realização do 9º Encontro da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro). A DPF transportou as autoridades para o evento, cobrando valores referentes ao uso das aeronaves.

A movimentação externa concedida ao MRE se refere à cobertura de custos incorrida por esse Ministério com despesas sobre serviços advocatícios no âmbito do processo de extensão da extradição da nacional brasileira Jorgina de Freitas Fernandes.

A movimentação interna recebida do PRONASCI se refere à implantação de núcleos e postos de enfrentamento ao tráfico de pessoas e também de recursos para os Laboratórios de tecnologia para combate à lavagem de dinheiro.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	Não se Aplica a UJ	Não se Aplica a UJ	7.673.466,35	5.447.163,89
Diárias				
Outros				

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

*Valor pago referente à Força de Trabalho alocado na Secretaria Nacional de Justiça. Entretanto, a despesa é executada pela Secretaria Executiva com os recursos orçamentários daquela Secretaria para o custeio de toda a folha de pessoal do MJ, inclusive dos servidores da SNJ.

2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa								
Nome 2º elemento de despesa								
Nome 3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa								
Nome 2º elemento de despesa								
Nome 3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	5.904.394	22.724.694	-	20.757.439	-	2.000.518	-	236.172
Nome 1º elemento de despesa								
338039	2.181.156							
339039		18.304.029		17.022.339		1.281.689		84.304
Nome 2º elemento de despesa								
339039	1.159.067							
339033		2.400.192		2.332.601				
335043								

						600.000		67.930
Nome 3º elemento de despesa								
339033	883.074					100.855		66.323
339014		985.443		985.443				
Demais elementos do grupo		1.035.030		417.056		17.974		17.615
Outros	1.681.097							
Totais	5.904.394	22.724.694	-	20.757.439	-	2.000.518	-	236.172

Fonte: SIAFI

2.4.2.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	139.568	165.139	-	35.564	-	129.575	-	28.749
1º elemento de despesa								
449052	139.568	165.139		35.564		129.575		28.749
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	139.568	165.139	-	35.564	-	129.575	-	28.749

Fonte: SIAFI

- Alterações significativas ocorridas no exercício

A execução orçamentária referente ao exercício de 2011 se alterou profundamente em relação ao exercício de 2010. O primeiro aspecto se refere à realização do 12º Congresso de Prevenção do Crime e Justiça da ONU, em Salvador, Bahia, em 2010, que não se repetiu em 2011. Outra diferença foi o esforço na proposição de projetos de cooperação técnica internacional para adquirir expertise internacional e assim potencializar suas políticas públicas, movimento intensificado em 2011.

- Contingenciamento no exercício

Não houve contingenciamento no exercício.

- Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária

Não há elementos dignos de nota.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

A.2.11 Execução Orçamentária

I. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ - Secretaria Nacional de Justiça/SNJ

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA	
	2010	2011	2010	2011
Licitação	23.145.458,65	2.069.371,08	19.626.188,95	803.132,68
Convite				
Tomada de Preços		-	-	-
Concorrência				-
Pregão	23.145.458,65	2.069.371,08	19.626.188,95	803.132,68
Concurso				
Contratações Diretas	2.197.483,62	143.441,82	2.191.208,46	111.423,72
Dispensa	8.253,02	143.441,82	1.977,86	111.423,72
Inexigibilidade	2.189.230,60	-	2.189.230,60	-
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-

Pagamento de Pessoal				
Pagamento em folha	-	-	-	-
Diárias	1.170.768,81	518.176,80	1.170.768,81	518.176,80
Outros * Os valores apresentados como "Outros" tratam-se da modalidade "Não se Aplica".	651.358,80	3.640.243,88	651.358,80	1.599.711,19

1. Despesas por Modalidade de Contratação

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Não se Aplica

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								

1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Não se Aplica

Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

- Alterações significativas ocorridas no exercício

Não se Aplica

- Contingenciamento no exercício

Não se Aplica

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

Não se Aplica

- Outras questões relevantes

Não se Aplica

2.4.3) Indicadores Institucionais

- Indicadores Institucionais desenvolvidos pela UJ

Área: Departamento da Secretaria Nacional de Justiça			
Processo: Acompanhamento de desempenho de Unidades - Indicadores PPA			
Indicador	Fórmula de Cálculo	Finalidade	Periodicidade

Índice de ações do PPA com informações atualizadas no SIGPLAN	NAIA = Número.de ações do PPA com informações atualizadas NAA= Número de ações do PPA acompanhadas	Medir o preenchimento das informações do status das ações do PPA no SIGPLAN	Trimestral
---	---	---	-------------------

- **Utilidade:** Verificar finalidade na tabela acima.

- **Mensurabilidade:** Verificar periodicidade na tabela acima.

Área: Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça			
Processo: Gestão de Diárias e Passagens Aéreas			
Indicador	Fórmula de Cálculo	Finalidade	Periodicidade
Percentual de pedidos solicitados dentro do prazo de antecedência exigido em lei	$\text{Índice} = \frac{\text{ANT}}{\text{DP}} \times 100$ <p>ANT = Total de pedidos enviados com 10 dias ou mais de antecedência. DP = Total de pedidos de diárias e passagens</p>	Verificar a quantidade de Solicitações, de acordo com lei do Ministério do Planejamento, ou seja, com antecedência de 10 dias da viagem.	Quinzenal
Tempo médio para concessão de diárias e passagens	$\text{TM} = \frac{\sum (\text{DC} - \text{DDP})}{\text{CDP}}$ <p>DC = Data da concessão da diária e passagem DDP = Data do recebimento do pedido de diárias e passagens CDP = Total de diárias e passagens concedidas</p>	Verificar o tempo total de diárias e passagens, desde o recebimento da solicitação até a concessão das mesmas.	Mensal

- **Utilidade:** Verificar finalidade na tabela acima.

- **Mensurabilidade:** Verificar periodicidade na tabela acima.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
Razões e Justificativas:					

Fonte:

3.2) Análise Crítica

Os restos a pagar inscritos em nossa Unidade e resultantes dos recursos UJ SNJ foram incluídos no Relatório de Gestão da SE, vez que a Portaria nº 277, de 07 de dezembro de 2010, fala nos restos a pagar inscritos pela UJ. Assim, sendo a CGL a unidade executora, todos os restos a pagar resultantes são inscritos na CGL. Portanto, foram incluídos no quadro A.4.1 do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar
2011	-	-	-	-
2010	-	-	-	-

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar

2011	2.265.524,57	(49.426,67)	1.551.649,58	664.448,32
2010	1.587.320,95	(202.635,21)	1.249.254,57	135.431,17

4.2) Análise Crítica

A análise crítica do quadro acima referente a restos pagar inscritos em nossa Unidade e resultantes dos recursos UJ SNJ foram incluídos no Relatório de Gestão da SE. Assim, sendo a CGL a unidade executora, todos os restos a pagar resultantes são inscritos na CGL. Portanto, foram incluídos na análise referente ao quadro A.4.1 do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva.

5. RECURSOS HUMANOS

Preliminarmente, registre-se que a coordenação e o acompanhamento das atividades de administração, pagamento e desenvolvimento dos servidores em exercício na Secretaria Nacional de Justiça - SNJ são de competência da CGRH/SPOA/SE.

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva)		
1 Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	83	116	38	39
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4 +1.2.5)	83	116	38	39
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	83	83	28	30
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	Não há	6	5	4
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas - art. 93, inciso I	Não há	9	2	4
1.2.5 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas - art. 93, inciso II	Não há	18	3	1
2 Servidores não ocupante de cargo efetivo no exercício de cargo em comissão (2.1+2.2)	Não há	28	11	12
2.1 Servidor sem vínculo	Não há	26	11	11
2.2 Servidor aposentado	Não há	2	0	1
3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0

4 Total de Servidores (1+2+3)	83	144	49	51
---	-----------	------------	-----------	-----------

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que:

1) Lotação Autorizada:

a) Servidor de carreira vinculada ao órgão (item 1.2.1): as vagas de cargo efetivo vinculadas ao Quadro de Pessoal do MJ não foram previamente distribuídas em face da necessidade de avaliar o perfil do servidor ingressante versus a necessidade de cada Unidade Administrativa. Cabe ressaltar que o concurso público realizado em 2009 visou o provimento de cargos efetivos para o Núcleo Central do Ministério, em substituição a trabalhadores terceirizados que executam atividades não previstas no Decreto nº 2.271/97, entretanto nem todas as vagas foram preenchidas, uma vez que houve um grande número de desistências dos candidatos, somadas às vacâncias.

b) Demais situações: o exercício descentralizado, o exercício provisório, a requisição e a nomeação de pessoa não ocupante de cargo efetivo são efetivados de acordo com a legislação pertinente, não havendo a definição de um número específico de pessoas por essas tipologias.

2) Lotação Efetiva:

a) Servidor de carreira vinculada ao órgão (item 1.2.1): nesta tipologia foram considerados todos servidores do Quadro de Pessoal do MJ, incluindo 5 (cinco) servidores que exercem cargo em comissão e 4 (quatro) que exercem função gratificada na SNJ.

b) Servidor requisitado de outros órgãos e esferas (itens 1.2.4 e 1.2.5): No item 1.2.5 foram considerados 15 (quinze) empregados anistiados em exercício na SNJ.

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	3
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	10
3.1. De ofício, no interesse da Administração	10
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0

3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo) - Exercício Provisório	1
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	15

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que:

Cedidos (item 1 e respectivos subitens): foram computadas as pessoas que saíram da SNJ, por meio de cessão ou requisição, no exercício de 2011, sendo: 1 (uma) para o TJ/MT (tipologia 1.2) e 03 (três) para os casos previstos em leis específicas (tipologia 1.3), dos quais 02 (dois) servidores foram cedidos à SDH/PR, em atendimento ao disposto na Lei nº 9.007/95 e 01 (um) para a DPU, na forma da Lei nº 9.020/95.

Cabe ressaltar que, após a efetivação do ato de cessão/requisição, na forma dos normativos vigentes, a lotação dos servidores passa automaticamente para a CGRH/SPOA/SE. Findo o afastamento, a unidade de recursos humanos providencia a realocação do servidor, observando a necessidade de força de trabalho em determinada unidade *versus* perfil profissional.

Removidos (item 3 e respectivos subitens): foram computadas as pessoas que saíram da SNJ, por meio de remoção.

Considerando que o Ministério da Justiça - Núcleo Central, só tem unidades administrativas no Distrito Federal, as remoções dos servidores ocorrem sem mudança de sede e no interesse da Administração, objetivando a realocação de pessoal *versus* perfil profissional.

Exercício Provisório (item 6): foi computada 1 (uma) pessoa que saiu da SNJ para ter Exercício Provisório em outro órgão, por força de Decisão Judicial. Da mesma forma da situação dos servidores cedidos, a lotação da servidora passa automaticamente para a CGRH.

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação	Ingressos no	Egressos no exercício
--	---------	--------------	-----------------------

	Autorizada (*)	Efetiva	exercício	
1. Cargos em comissão	46	44	21	24
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	Não há	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	5	3	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	3	2	3
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	8	4	5
1.2.4. Sem vínculo	Não há	26	12	12
1.2.5. Aposentados	Não há	2	0	1
2. Funções gratificadas	6	6	11	9
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	4	10	9
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	1	1	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	1	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	52	50	32	33

Fonte: *Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)*

* Número de cargos comissionados e funções gratificadas aprovado pelo Decreto nº 6.061/2007, e suas alterações.

Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que a nomeação e designação de servidores para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada, respectivamente, são realizadas de acordo com o interesse da Administração, na forma da legislação pertinente, observando o número de cargos em comissão e funções gratificadas definido na Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, para a unidade respectiva, não havendo um número pré-estabelecido (lotação autorizada) para cada tipologia.

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	32	24	13	20	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (*)	32	24	13	20	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	15	20	8	3	4
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (*)	11	20	8	1	4
2.3. Funções gratificadas (*)	4	0	0	2	0
3. Totais (1+2)	47	44	21	23	9

Fonte: *Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)*

(*) Os servidores de Carreira que exercem DAS ou Função Gratificada não foram computados na tipologia 1.2, uma vez que são computados nas tipologias 2.2 ou 2.3.

De acordo com o perfil etário dos servidores em exercício na SNJ, observa-se que a distribuição de pessoal encontra-se equilibrada: 32,6%, 30,6%, 14,6%, 16,0% e 6,3% nas faixas “até 30”, “de 31 a 40”, “de 41 a 50”, “de 51 a 60” e “acima de 60” anos, respectivamente. Tal fato deve-se, principalmente, à entrada de novos servidores concursados na Secretaria, em substituição aos trabalhadores terceirizados de serviços que executavam atividades não previstas no Decreto nº 2.271/97, consideradas impróprias.

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	33	53	6	1	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (*)	0	0	0	0	33	53	6	1	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	5	32	4	8	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (*)	0	0	0	0	4	29	3	7	1
2.3. Funções gratificadas (*)	0	0	0	0	1	3	1	1	
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	38	85	10	9	2

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

(*) Os servidores de Carreira que exercem DAS ou Função Gratificada não foram computados na tipologia 1.2, uma vez que são computados nas tipologias 2.2 ou 2.3.

De acordo com o quadro acima, 59,0%, 6,9%, 6,3% e 1,4% dos servidores da SNJ possuem, respectivamente, “ensino superior”, “aperfeiçoamento, especialização ou pós-graduação”, “mestrado” e “doutorado”.

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1) Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	-	3
1.1 Voluntária	-	3
1.2 Compulsória	-	0

1.3 Invalidez Permanente	-	0
1.4 Outras	-	0
2. Proporcional	-	0
2.1 Voluntária	-	0
2.2 Compulsória	-	0
2.3 Invalidez Permanente	-	0
2.4 Outras	-	0
3. Totais (1+2)	-	3

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

Registre-se que a administração de aposentadorias de servidores públicos civis da Setorial deste Ministério, está a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva deste Ministério.

No ano de 2011, houve 03 (três) aposentadorias de servidores lotados na SNJ.

5.2.2) Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	-	0
1.1. Integral	-	0
1.2. Proporcional	-	0
2. Em Atividade	-	0
3. Total (1+2)	-	0

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

Registre-se que a administração de pensões civis de ex-servidores da Setorial deste Ministério, está a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva deste Ministério.

No ano de 2011, não houve instituição de pensão de servidor lotado na SNJ.

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	26	27	27	33	211.874,86
1.1 Área Fim	25	26	26	32	204.494,87
1.2 Área Meio	1	1	1	1	7.379,99
2. Nível Médio	17	18	18	20	87.089,36

2.1 Área Fim	1	1	1	1	4.676,33
2.2 Área Meio	16	17	17	19	82.413,03
3. Total (1+2)	43	45	45	53	298.964,22

Fonte: *Sistema de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)*

Os estagiários alocados na SNJ são administrados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva.

5.4) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci- mentos e vantage ns fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuiç ões	Gratificaç ões	Adicionai s	Indenizaç ões	Benefícios Assistenciais e previdenciári os	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	1.825.708,97	365.942,67	1.671.037,35	98.796,97	295.007,80	120.142,72	34.468,45	0,00	0,00	4.411.104,93
	2010	1.366.806,50	295.552,45	1.324.911,50	53.801,80	252.207,82	89.147,24	83.153,96	0,00	0,00	3.465.581,27
	2009	669.234,33	287.993,87	579.539,37	41.671,68	61.076,30	30.673,70	53.815,55	0,00	0,00	1.724.004,80
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	41.526,16	0,00	19.588,20	1.242,83	4.297,64	0,00	0,00	0,00	0,00	66.654,83
	2009	59.526,72	0,00	35.661,98	3.601,73	5.737,68	0,00	725,58	0,00	0,00	105.253,69
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	165.035,15	2.138.594,35	279.667,22	57.886,50	170.573,46	47.873,45	75.060,58	0,00	0,00	2.934.690,71
	2010	124.316,18	2.165.592,61	271.590,71	54.627,59	224.276,75	25.139,32	30.072,05	8.507,30	0,00	2.904.122,51
	2009	109.922,40	2.046.978,84	237.373,67	73.832,04	68.359,94	9.308,60	58.462,93	0,00	0,00	2.604.238,42
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	102.854,22	17.918,18	116.110,60	2.678,44	17.024,00	3.480,00	67.605,27	0,00	0,00	327.670,71
	2010	47.205,11	9.377,11	24.734,21	83,03	4.721,99	480,00	769,18	0,00	0,00	87.370,63
	2009	195.860,12	16.225,35	71.136,82	8.865,96	8.585,47	0,00	1.357,81	0,00	0,00	302.031,53

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

A respeito do quadro acima, ressaltou-se que o aumento considerável das parcelas “Vencimentos e Vantagens Fixas”, “Retribuições”, “Gratificações” e “Adicionais”, referente à tipologia “Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão”, no ano de 2010, em relação ao ano anterior, deve-se à entrada de novos servidores concursados na Secretaria.

Já com relação à parcela “indenizações”, os valores são flutuantes, uma vez que foram computados eventos esporádicos, que não se incorporam ao vencimento para qualquer efeito.

Quanto à parcela “Benefícios Assistenciais e Previdenciários” foram considerados os valores pagos a título de abono de permanência (devido ao servidor de cargo efetivo no momento que preenche os requisitos para aposentadoria, mas opta por continuar em atividade) e de per capita patronal para custeio da saúde suplementar (processada na folha de pagamento, a partir de fevereiro de 2010).

No que se refere à parcela “Demais despesas variáveis”, foram consideradas todas as outras rubricas que não se enquadram nas demais situações, como por exemplo: pagamentos da vantagem administrativa 3,17% aos servidores efetivos (efetuado até o mês de agosto de 2009) e de férias indenizadas, dentre outras.

5.5) *Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada*

5.5.1) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
<p><i>Observações: As informações referentes ao Quadro A.5.9, dos Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ SNJ foram incluídos no Relatório de Gestão da SE.</i></p>					

Fonte:

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
<p><i>Observações: As informações referentes ao Quadro A.5.10, Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados da UJ SNJ foram incluídos no Relatório de Gestão da SE.</i></p>		

Fonte:

5.2.2) Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
<p><i>Observações As informações referentes ao Quadro A.5.11, Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados da UJ SNJ foram incluídos no Relatório de Gestão da SE.</i></p>			

Fonte:

5.5.3) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade
 Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:					CNPJ:								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
<p>Observações: As informações referentes ao Quadro A.5.9, dos Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ SNJ foram incluídos no Relatório de Gestão da SE.</p>													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: si

5.5.4) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão
 Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

<i>Unidade Contratante</i>													
Nome: COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA													
UG/Gestão: 20005							CNPJ: 00394494/0013-70						
<i>Informações sobre os contratos</i>													
<i>Ano do contrato</i>	<i>Área</i>	<i>Nat.</i>	<i>Identificação do Contrato</i>	<i>Empresa Contratada (CNPJ)</i>	<i>Período contratual de execução das atividades contratadas</i>		<i>Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados</i>						<i>S i t .</i>
					<i>Início</i>	<i>Fim</i>	<i>F</i>		<i>M</i>		<i>S</i>		
							<i>P</i>	<i>C</i>	<i>P</i>	<i>C</i>	<i>P</i>	<i>C</i>	
2009	7	O	38/2009	04.963.136/0001-58.	19/05/2011	18/05/2012	0	0	79	70	23	23	P
2009	7	O	47/2009	04.321.986/0001-52	18/05/2009	17/05/2012	0	0	0	7	26	29	P
2009	7	O	19/2009	32.121.162/0001-74	01/04/2009	31/03/2012	0	0	-	2	-	50	P
2010	7	O	35/2010	07.432.517/0003-60	14/04/2010	13/04/2012	0	0	0	18	0	0	A

Observação:

- Os contratos relacionados acima não prevêem locação de mão-de-obra, e sim, prestação de serviços especializados em TI para as Unidades do MJ;
- Contrato nº 47/2009: o serviço contratado foi a disponibilidade da infraestrutura de rede. Assim, a Administração exigiu perfis mínimos, todavia é possível que a empresa contrate mais funcionários a fim de atender aos níveis de serviço.
- Contrato no 19/2009: os serviços contratados foram os de desenvolvimento de sistemas de informação, manutenção corretiva, adaptativa, evolutiva ou perfectiva de sistemas de informação e portais; e documentação de sistemas de informação, mediante ordens de serviço dimensionadas pela técnica de contagem de Pontos por Função. Sendo assim, não há como quantificar prestadores, uma vez que fica sob a responsabilidade da Contratada manter equipe de forma a garantir os níveis de serviço exigidos pela Contratante.
- O Contrato nº 35/2010 não prevê perfil mínimo de escolaridade, somente define a necessidade de que haja operador de equipamento de reprografia.

LEGENDA

Área:

- Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
- Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
- Serviços de Copa e Cozinha;
- Manutenção e conservação de Bens Móveis;
- Serviços de Brigada de Incêndio;

6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;

7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIPAC

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo

O indicador gerencial “absenteísmo” utilizado no Núcleo Central do Ministério da Justiça, pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos, busca medir as ausências dos servidores, no qual são considerados todos os tipos de afastamentos, inclusive aqueles considerados por lei como de efetivo exercício, tais como: licença para tratamento da própria saúde, licença à gestante, licença casamento, licença falecimento, dentre outras.

Para se obter esse índice é utilizada a fórmula:

$$\text{ABS: } \frac{\text{n}^\circ \text{ de dias de ausências}}{\text{n}^\circ \text{ de servidores} \times \text{n}^\circ \text{ de dias de trabalho}}, \quad \text{em que:}$$

n° de dias de ausências = quantidade de dias de ausências dos servidores no exercício de 2011.

n° de servidores = quantidade de servidores da Unidade.

n° de dias de trabalho = quantidade de dias no ano.

Ressalte-se, que no item “ n° de dias de trabalho” será considerado o número de 365 dias correspondente ao um ano civil (sem excluir os dias não úteis), uma vez que vários afastamentos dos servidores embora tenham incidência em finais de semana ou feriados, são considerados como “efetivo exercício”.

Olhando a realidade do Ministério da Justiça, entendemos que um índice de absenteísmo aceitável seria em torno de 5%, pelos seguintes aspectos:

a) Antes do exercício de 2010, os últimos provimentos para o cargo efetivos se deram da seguinte forma: em 1988, mediante concurso público (processo seletivo para todo o Poder Executivo Federal) promovido pelo extinto Departamento de Administração de Serviço Público - DASP; em 1994, por meio de aproveitamento dos candidatos habilitados nos concursos públicos efetuados pelos Ministérios da Marinha (hoje Comando da Marinha) e do Ministério da Educação; e ano de 1998, para as vagas remanescentes de Técnico de Contabilidade e Técnico em Assuntos Educacionais, o que contribuiu para uma concentração de 24,59% servidores efetivos do Quadro de Pessoal do MJ na faixa etária acima de 51 anos (posição 31/12/2011). Naturalmente, essa concentração contribui para estipular um índice diferenciado, pois é comum que quando as pessoas vão envelhecendo surjam alguns problemas de saúde.

b) Com o ingresso de novos servidores empossados em cargos efetivos, em virtude de habilitação de concurso público promovido por este Ministério, houve também uma concentração de 56,6% na faixa etária abaixo de 40 anos. No caso do MJ, parte desse grupo são mulheres - 31,9%, que estão em fase reprodutiva, podendo se afastar por licença à gestante por até 180 dias (concessão inicial e prorrogação), o que também contribui para estipulação aceitável de 5%.

Considerando a meta fixada, foi calculado o índice de absenteísmo da SNJ, por meio da fórmula acima mencionada, no qual chegou-se ao seguinte resultado: ABS: $[1092 / (144 \times 365) \times 100] = 2,08\%$, o qual conclui-se que está dentro do padrão aceitável.

Embora esse índice seja aceitável, a CGRH promove ações de promoção à saúde para que o índice encontrado seja cada vez minimizado.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Acidentes de Trabalho

No Núcleo Central do Ministério da Justiça, o número de acidentes de trabalho é pequeno, sendo que nos anos de 2010 e 2011, houve 01 (um) e 2 (dois) casos, respectivamente.

Para as unidades do Ministério da Justiça, em que ocorreram os eventos, a CGRH formulou a seguinte fórmula:

AT: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de casos} \times 100}{\text{n}^\circ \text{ de servidores}}$, em que :

nº de casos = quantidade de acidentes de trabalho.
nº de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

Considerando a natureza dos cargos efetivos que compõem o Quadro de Pessoal desta Setorial, bem como as atividades desenvolvidas no âmbito do Núcleo Central, podemos dizer que o nível de risco no trabalho é pequeno, se tomarmos por referência outros cargos, como os de carreira policial.

Entretanto, como há fatores que não estão ao alcance da governabilidade da Instituição, como por exemplo: acidente no percurso residência-trabalho e vice-versa. Considera-se aceitável um índice de até 2%, sendo que o ideal seria que não ocorressem casos de acidente de trabalho.

No exercício de 2011, na SNJ, houve 1 (um) caso de acidente de trabalho.

Utilizando-se a fórmula supra, em que: $[(1/144) \times 100]$, obteve-se o índice de 0,7%, concluindo-se que está dentro do limite aceitável.

Doenças Ocupacionais

A análise dos casos de possíveis doenças ocupacionais no Núcleo Central do Ministério da Justiça encontra-se em fase embrionária, em face da complexidade do tema. Dessa forma, o levantamento de possíveis casos de doenças ocupacionais foi realizado observando-se a Classificação Internacional de Doenças - CID que podem ter sido provocadas por fatores relacionados com o ambiente de trabalho.

Considerando, ainda, que o projeto estratégico “Reorganização da Atenção à Saúde do Servidor” encontra-se em andamento, foi estipulado, para o exercício de 2011, que o índice aceitável seria de até 15%, em face da distribuição dos Servidores por faixa etária.

Para se obter o índice de Doenças Ocupacionais é utilizada a seguinte fórmula:

DO: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de servidores com doenças ocupacionais} \times 100}{\text{n}^\circ \text{ de servidores}}$, em que:

$\text{n}^\circ \text{ de servidores com doenças ocupacionais}$ = quantidade de servidores que tiveram doenças classificadas pelo CID como doenças ocupacionais
 $\text{n}^\circ \text{ de servidores}$ = quantidade de servidores da Unidade.

Utilizou-se a fórmula acima mencionada, em que: $[(10/144) \times 100]$, obtendo-se um índice de doenças ocupacionais para a SNJ, no exercício de 2011, de 6,9%.

- Rotatividade (turnover)

Para mensurar o índice de rotatividade, a CGRH utiliza a seguinte fórmula:

ROT: $\frac{(\text{ingressos} + \text{egressos})/2 \times 100}{\text{n}^\circ \text{ de servidores}}$, em que:

ingressos = quantidade de entradas na Unidade.
 egressos = quantidade de saídas na Unidade.
 $\text{n}^\circ \text{ de servidores}$ = quantidade de servidores na Unidade.

A rotatividade é um assunto que sempre desperta preocupação na organização, pois quando o índice é alto, possivelmente há reflexo na produtividade do trabalho. Todavia, caso isso ocorra, a instituição deve detectar as possíveis causas determinantes que impactam na mensuração deste indicador.

No caso do Ministério da Justiça, na mensuração do índice de rotatividade, devem ser considerados os seguintes aspectos:

a) Os cargos de Direção e Assessoramento e Assessoramento Superior - DAS, são de livre provimento, podendo haver, sempre que houver interesse público, a nomeação e exoneração dos seus ocupantes, a qualquer tempo, o que contribui para elevação do índice;

b) Os cargos efetivos do Ministério estão inseridos no Plano Geral do Poder Executivo - PGPE, que é um dos Planos de Cargos com os menores salários na Administração Pública. Com isso, os servidores buscam constantemente outros cargos públicos, com melhores remunerações, inclusive no próprio Poder Executivo. Para se ter uma noção desse impacto, no último concurso público (cujos provimentos iniciaram a partir de janeiro de 2010), 569 servidores foram empossados. Desses, até 31/12/2011, 102 servidores (18,0%) pediram desligamento, sendo que a maioria por posse em outro cargo inacumulável.

c) Formação *versus* atribuições do cargo efetivo: As vagas do cargo efetivo de Analista Técnico-Administrativo providas no último concurso público foram de ampla concorrência, observado o quantitativo definido no Edital, exigindo-se tão somente a formação em nível superior, independentemente do curso. Todavia, no momento de alocação desses candidatos empossados, muitos encontram dificuldade de adaptações, em face do conhecimento adquirido frente à atividade ou missão da respectiva área.

Para se ter uma noção, dos 409 empossados até 31/12/2011, naquele cargo efetivo, somente 70,0% continuam em exercício na primeira Unidade de lotação. Acresce-se, ainda, que 22,0% dos candidatos que tomaram posse no referido cargo, não tem formação compatível com as atividades desenvolvidas neste Órgão, como por exemplo: Engenharia Agrônoma, Medicina Veterinária, Biomedicina, Farmácia, Zootecnia, dentre outras, o que exige de ambas as partes - servidor e Administração - um grau de oferecimento, de treinamentos, aperfeiçoamentos e outros, capazes de motivar a força de trabalho a permanecer nas áreas.

Assim, embora o ideal seja um índice de rotatividade de até 10 %, uma vez que o ingresso de pessoas também traz benefícios para a organização, oxigenando o ambiente de trabalho, com a introdução de novos conhecimentos e habilidades, há aspectos que fogem à governabilidade da instituição.

Utilizando-se a fórmula acima mencionada, em que: $\{[(49+51)/2]/144 \times 100\}$, obtém-se um índice de rotatividade de 34,7%.

- Educação Continuada

O Ministério da Justiça conta com dois programas de Educação Continuada:

a) Bolsa Universitária: no qual custeia até 50% da mensalidade do curso de graduação para os servidores do Quadro Efetivo do Ministério.

b) Bolsa Integral de Pós-Graduação / Mestrado / Doutorado / Pós-Doutorado: No qual custeia integralmente o curso, desde que seja em tema que guarde correlação entre as atividades exercidas pelo servidor e a grade curricular do curso.

O índice ideal seria aquele em que até 5% da força de trabalho estivesse cursando graduação e/ou pós-graduação, mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

Entretanto, existem alguns aspectos que interferem no alcance destes índices:

- a) Parte (69,0%) dos servidores efetivos do Quadro de Pessoal já tem graduação;
- b) 60,4% dos servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça estão em estágio probatório e conseqüentemente impedidos de receber esses incentivos. Entretanto, a partir de janeiro de 2013, parte já poderá pleitear os benefícios.
- c) No caso da bolsa universitária, o custeio é parcial devendo o servidor custear a outra parte.

Para medir esse índice, a CGRH utiliza a seguinte fórmula:

ED. CONT. = nº de Bolsas Universitárias + nº Bolsas de Pós-Graduação, em que:

nº de servidores

nº de Bolsas Universitárias = quantidade de Bolsas Universitárias.

nº de Bolsas de Pós-Graduação = quantidade de Bolsas de Pós-Graduação / Mestrado / Doutorado / Pós-Doutorado.

nº de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

No caso da SNJ, 2 (dois) servidores estão recebendo Bolsas Universitárias, ou seja, utilizando-se a fórmula supra, temos: $[(2/144) \times 100]$, obtendo-se um índice de educação continuada de 1,4%.

- Disciplina

De acordo com as normas legais, para aqueles servidores que não cumprem seus deveres funcionais, poderão ser aplicadas penalidades disciplinares de advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão, dentre outras.

A questão envolve conduta do profissional, o e ideal é que não haja registro de casos.

Para medir esse índice, a CGRH utiliza a seguinte fórmula:

DISC: $\frac{\text{nº de penalidades}}{\text{nº de servidores}}$, sendo:

nº de penalidades = quantidade de penalidades disciplinares (advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão, dentre outras).

nº de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

No exercício de 2011, nenhum servidor da SNJ sofreu penalidade administrativa disciplinar.

- Aposentadoria versus reposição do quadro

No exercício de 2011, não houve provimento de cargo efetivo para a reposição do quadro efetivo do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça em virtude de aposentadorias de servidores, dentre outros tipos de vacâncias.

O concurso público realizado no ano de 2009, cujos provimentos iniciaram a partir do exercício de 2010, teve por objetivo substituir 500 postos de trabalhos terceirizados no MJ que executavam atividades não previstas no Decreto nº 2.271/97, consideradas impróprias.

6. TRANSFERÊNCIAS

6.1) Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1) Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

<i>Unidade Concedente ou Contratante</i>									
<i>Nome: Secretaria Nacional de Justiça</i>									
<i>CNPJ:</i>					<i>UG/GESTÃO:</i>				
<i>Informações sobre as transferências</i>									
<i>Modalidade</i>	<i>Nº do instrumento</i>	<i>Beneficiário</i>	<i>Valores Pactuados</i>		<i>Valores Repassados</i>		<i>Vigência</i>		<i>Sit.</i>
			<i>Global</i>	<i>Contrapartida</i>	<i>No exercício</i>	<i>Acumulado até exercício</i>	<i>Início</i>	<i>Fim</i>	
1	08015001480/2010-59 – SICONV 753332/2010	Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco	R\$ 796.536,01	R\$ 7.965,36	R\$ 788.570,65	R\$ 788.570,65	30.12.10	11.03.2013	1
1	08015001507/2010-11 - SICONV 753518/2010	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas	R\$ 500.186,70	R\$ 5.001,87	R\$ 495,184,83	R\$ 495,184,83	30.12.10	29.06.2012	1
1	08071032904/2011-33 SICONV - 760228/2011	Secretaria de Justiça do Estado do Amapá	R\$ 259.774,70	R\$ 4.000,00	0	0	27/12/2011	26/12/2013	1
1	08071032855/2011-39 SICONV - 759461/2011	Secretaria da Mulher, Cidadania e Diretos Humanos do Estado de Alagoas	R\$ 399.848,00	R\$ 4.000,00	0	0	28/12/2011	27/12/2013	1
1	08071032867/2011-63 SICONV – 759478/2011	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul	R\$ 385.492,00	R\$ 16.627,83	0	0	28/12/2011	27/12/2013	1

1	08071032863/2011-85 SICONV -759246/2011	Secretaria de Defesa Social da Estado de Minas Gerais	R\$ 367.584,89	R\$ 7.351,72	0	0	28/12/2011	12/01/2014	1
1	08071.032859/2011-17 SICONV - 759772/2011	Governo do DF/ Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal	R\$ 399.769,33	R\$ 50.000,00	0	0	26/12/2011	25/12/2013	1
1	08071.020304/2011-22 SICONV - 759464/2011	Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Paraná	R\$ 308.722,94	R\$ 6.175,00	0	0	27/12/2011	26/12/2013	1
1	761995/2011	Cáritas Arquidiocesana de São Paulo	R\$ 470.908,30	R\$ 220.908,30	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	30/12/2011	30/06/2012	1
1	761997/2011	Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro	R\$ 316.680,22	R\$ 66.680,22	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	30/12/2011	16/07/2012	1
1	759946/2011	Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH/DF	R\$ 100.000,00	0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	30/12/2011	01/07/2012	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído

5 - *Termo de Compromisso*

5 - *Excluído*

6 - *Rescindido*

7 - *Arquivado*

Fonte:

6.1.2) Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

<i>Unidade Concedente ou Contratante</i>						
<i>Nome:</i>						
<i>CNPJ:</i>						
<i>UG/GESTÃO:</i>						
<i>Modalidade</i>	<i>Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício</i>			<i>Valores repassados em cada exercício, independente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)</i>		
	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2009</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2009</i>
<i>Convênio</i>	<i>9 (nove)</i>	<i>5 (cinco)</i>	<i>8 (oito)</i>	<i>1.883.755,48</i>	<i>1.905.381,34</i>	<i>438.196,00</i>
<i>Contrato de Repasse</i>						
<i>Termo de Parceria</i>						
<i>Termo de Cooperação</i>		<i>3(três)</i>	<i>4(quatro)</i>	<p>Termos de Cooperação para replicação do modelo Lab</p> <p>LD: por meio desses termos o MJ replica unidades LAB em órgãos conveniados como Secretarias de Segurança Pública, Ministérios Públicos e Departamento de Polícia Federal.</p> <p>Nenhum deles envolve o repasse de recursos orçamentários. Aquisições de itens de <i>software e hardware</i> para equipar esses laboratórios são realizadas centralizadamente pelo Ministério da Justiça e os bens disponibilizados para uso dos órgãos beneficiados permanecem de propriedade e patrimônio do MJ. São instrumentos de execução direta, com recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, investidos pelo MJ e não repassados.</p>		
	<i>2 (dois)</i>	-	-	<p>Acordo de Cooperação Técnica: foram firmados, com o Banco do Brasil e com o Ministério Público de Minas Gerais, Acordo com o objetivo de pôr em prática Programa de Capacitação de pessoal no âmbito do LAB-LD/DRCI/SNJ/MJ.</p> <p><i>A capacitação é dirigida ao pessoal que executa atividades na área de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e/ou tenham esse perfil.</i></p> <p><i>O prazo da capacitação é 12 meses, sendo executada de acordo com Planos de Trabalho anexos aos Acordos.</i></p> <p><i>A execução desses instrumentos não envolve o repasse de verbas entre os acordantes.</i></p>		
<i>Termo de Compromisso</i>						
<i>Totais</i>	<i>11 (onze)</i>	<i>8 (oito)</i>	<i>12(doze)</i>	<i>1.883.755,48</i>	<i>1.905.381,34</i>	<i>438.196,00</i>

Fonte:

6.1.3) Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	11	3.741.908,12	1.883.755,48	1.858.152,64	50,34%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação	17 (sendo 15 Termos de Cooperação para replicação de LAB e 02 Acordos de Cooperação Técnica)			01 Acordo de Cooperação Técnica entre MJ e PCDF	
Termo de Compromisso					
Totais	28			1	

Fonte:

6.2) Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SNJ					
CNPJ: 00394494/0072-20			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	01		
		Montante Repassado	100.000,00		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	03		
		Montante Repassado	600.000,00		
2010	Contas prestadas	Quantidade	03		
		Montante Repassado	600.000,00		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante			

		Repassado			
2009	Contas prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	338.196,00		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte:

6.2.1) Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse
 Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse Em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:			UG/GESTÃO:			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2011	Quantidade de contas prestadas			01		
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas			
			Contas Não analisadas			
		Montante repassado (R\$)				
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
			Quantidade de TCE			
Contas NÃO analisadas		Quantidade	01			
	Montante repassado (R\$)	100.000,00				
2010	Quantidade de contas prestadas			3		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		3		
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
	Contas NÃO analisadas	Quantidade				
Montante repassado (R\$)						
2009	Quantidade de contas prestadas			2		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		2		
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
	Contas NÃO analisadas	Quantidade				
Montante repassado						
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade				
		Montante repassado				

Fonte:

6.3) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente

Não aplicável. Não há situação de inadimplência

- Situação das transferências efetuadas no exercício frente o disposto no artigo 35, do decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do decreto 6.752/2009, com a redação dada pelo decreto 6.993/2009, ou legislação que o altere

Foi respeitada a legislação acima referida na celebração dos convênios.

-Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos

A transferência de recursos nos três últimos exercícios, conforme a disponibilidade orçamentário-financeira, demonstra um crescimento significativo de 2009 para 2012, saindo de R\$ 100.000,00 para, aproximadamente, R\$ 1.300.000,00. Ou seja, foi cumprida quase que totalmente a ação orçamentária destinada ao objeto pertinente – Ações 40 e 41 - PRONASCI.

- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011

Fiscalização e acompanhamento dos convênios

- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares

A análise ainda não ocorreu para 1 convênio, no entanto, força tarefa já está sendo organizada para que se resolva essa pendência.

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto

A análise ainda não ocorreu para 1 convênio, no entanto, força tarefa já está sendo organizada para que se resolva essa pendência.

- Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados

Foram realizadas algumas fiscalizações in loco, bem como acompanhamentos de convênios em alguns Estados parceiros, de acordo com a disponibilidade orçamentária e técnica para tal ação. Ressalte-se que está sendo realizada pesquisa por consultoria contratada, visando melhor definição de critérios, indicadores e dados necessários ao melhor acompanhamento e fiscalização dos instrumentos.

7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV
QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE
DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE
DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, FERNANDA ALVES DOS ANJOS, CPF nº 042.209.566-46, Diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Qualificação e Títulos (DEJUS) da Secretaria Nacional de Justiça, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 21 de março de 2012.


Fernanda Alves dos Anjos
CPF: 042.209.566-46

Diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, Renato Zerbini Ribeiro Leão CPF nº 538918721-00, Coordenador-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), com exercício no Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>
<p>Brasília, 23 de março de 2012.</p>  <p>Renato Zerbini Ribeiro Leão CPF nº 538918721-00 Coordenador – Geral do Comitê Nacional para os Refugiados-CONARE Departamento de Estrangeiros</p>

8. TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

8.1) Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Quantidade		
		Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	32	33	50
	Entregaram a DBR	32	33	50
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: *Controle Interno - CGRH.*

8.2) Análise Crítica

- Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de

entregar a DBR

No primeiro momento, ou seja, no início do exercício do cargo em comissão ou função, o empossado é informado acerca da necessidade de preenchimento do formulário de Declaração de Bens e Rendas, sendo permitido fornecer o termo de autorização de acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

Caso o empossado se recuse a uma das alternativas apresentadas supra é informado da impossibilidade de ser investido no cargo ou função, em face do contido nas Leis nº 8.112/90 e 8.730/93.

Já no segundo momento, ou seja, no final do exercício do cargo ou função, em razão dos atos (exoneração ou dispensa) publicados em Diário Oficial da União, não impulsionados especificamente pela CGRH/MJ, em que algumas situações se operam com retroatividade, o ocupante é notificado para que proceda à regularidade exigida por lei e normativos decorrentes.

- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR

No âmbito da Sede do Ministério da Justiça, a Unidade responsável pelo recebimento das Declarações de Bens e Rendas, por força da competência regimental, é a Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva.

- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento

Não há sistema informatizado específico para esse fim. Todavia, a Unidade mantém controle de quem está quite ou não com a obrigação de apresentar a Declaração de Bens e Rendas, bem como o tipo de documento apresentado (Declaração em papel ou Autorização de Acesso, por meio eletrônico, às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil).

- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil e como esse acesso se dá

No Governo Federal, considerando a política de modernização dos processos de trabalho na área de gestão de pessoas, com a eliminação do excesso de papéis constantes dos arquivos funcionais dos órgãos e entidades e aumento da segurança da informação, foi editada a Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Controle e da Transparência, resolvendo que todo agente público, como forma de atender o disposto nas Leis nº 8.429/92 e 8.730/93, deverá autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil ou apresentar anualmente, em papel, Declarações de Bens e Rendas que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Pessoal competente.

No caso da Sede deste Ministério, a grande maioria dos servidores entregou o formulário de acesso, que na forma do normativo supra citado, não há necessidade de renovação

anual da autorização, o que contribuiu muito para a desburocratização do processo de apresentação da Declaração de Bens e Rendas

- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva deste Ministério não realiza acesso à base da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF, nem analisa as Declarações de Bens e Rendas, em papel, recebidas, em obediência ao disposto no art. 5º da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, considerando que as informações apresentadas ou constantes na base da SRF serão acessadas somente pelos servidores dos órgãos de controle interno e externo para fins de análise da evolução patrimonial do agente público.

- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações

Visando preservar o sigilo fiscal das informações recebidas, as Declarações de Bens e Rendas, em papel, são colocadas, individualmente, em envelope e posteriormente lacradas e guardados em local com acesso restrito. Já os formulários de autorizações de acesso são guardados em pastas, que também são arquivadas nesse local.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

9.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

<i>Aspectos do sistema de controle interno</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
<i>Ambiente de Controle</i>					
<i>1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.</i>					X
<i>2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.</i>				X	
<i>3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.</i>				X	
<i>4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.</i>			X		
<i>5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.</i>				X	
<i>6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.</i>				X	
<i>7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.</i>			X		
<i>8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.</i>				X	
<i>9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.</i>				X	
<i>Avaliação de Risco</i>					
<i>10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.</i>					X
<i>11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.</i>				X	
<i>12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa)</i>			X		

<i>envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.</i>					
<i>13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.</i>			X		
<i>14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.</i>			X		
<i>15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.</i>			X		
<i>16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.</i>			X		
<i>17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.</i>					X
<i>18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.</i>			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
<i>19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.</i>			X		
<i>20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.</i>				X	
<i>21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.</i>				X	
<i>22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.</i>				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
<i>23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.</i>				X	
<i>24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.</i>				X	
<i>25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.</i>				X	
<i>26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.</i>				X	
<i>27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.</i>				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
<i>28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.</i>				X	
<i>29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.</i>				X	
<i>30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.</i>				X	
<i>Considerações gerais: A SNJ encontra-se plenamente integrada ao Sistema de Controle Interno da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça</i>					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
<i>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</i>					
<i>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</i>					
<i>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</i>					
<i>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</i>					
<i>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</i>					

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Texto				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	Texto				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Texto				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	texto				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	texto				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	texto				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	texto				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	texto				
Considerações Gerais:					
Observações: As informações referentes ao Quadro A.10.1, Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis da UJ SNJ foram incluídos no Relatório de Gestão da SE.					

LEGENDA**Níveis de Avaliação:**

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO11.1) *Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial*Quadro A.11.1 - *Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União*

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	<i>município 1</i>		
	<i>município 2</i>		
	<i>município "n"</i>		
	UF "n"	Σ	Σ
	<i>município 1</i>		
	<i>município 2</i>		
	<i>município "n"</i>		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	<i>cidade 1</i>		
	<i>cidade 2</i>		
	<i>cidade "n"</i>		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	<i>cidade 1</i>		
	<i>cidade 2</i>		
	<i>cidade "n"</i>		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.

Observações: As informações referentes ao Quadro A.11.1, Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial da UJ SNJ foram incluídos no Relatório de Gestão da SE.

Quadro A.11.2 - *Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros*

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	<i>município 1</i>		
	<i>município 2</i>		
	<i>município "n"</i>		
	UF "n"	Σ	Σ
	<i>município 1</i>		
	<i>município 2</i>		
	<i>município "n"</i>		

Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	<i>cidade 1</i>		
	<i>cidade 2</i>		
	<i>cidade "n"</i>		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	<i>cidade 1</i>		
	<i>cidade 2</i>		
	<i>cidade "n"</i>		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Observações: As informações referentes ao Quadro A.11.2, Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros da UJ SNJ foram incluídos no Relatório de Gestão da SE.

Fonte: Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
Total							Σ	Σ

Observações: As informações referentes ao Quadro A.11.3, Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ SNJ foram incluídos no Relatório de Gestão da SE.

Fonte:

11.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

As Informações referentes ao quadro acima constarão no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	199				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Bens		Serviços		
	22,5%		92%		
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	

Considerações Gerais:

No item 12a, quanto ao nível médio estimado de serviços terceirizados presentes na UJ , a terceirização foi calculada em relação ao percentual do número total de colaboradores presentes na UJ (Terceirizados + Servidores Públicos). Ressalta-se que os 8% restantes de serviços são atribuídos às atividades realizadas por servidores públicos lotados na CGTI. Tais ações são voltadas para o Planejamento, Gestão e Controle das atividades, buscando alcançar as metas e objetivos internos e estratégicos relacionados à TI, voltados para a UJ e ao Ministério da Justiça.

Para conhecimento, informa-se que, quanto ao percentual total de bens, os relacionados à serviços de impressão, totalizaram até 31 de dezembro de 2011, um total aproximado de 45% dos bens instalados no parque MJ.

LEGENDA**Níveis de avaliação:**

(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL*13.1) Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo**13.1.1) Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício**Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador*

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1:		Limite de Utilização da UG:			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
					-
Total utilizado pela UG			-	-	-
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
					-
					-
Total utilizado pela UG			-	-	-
Total utilizado pela UJ			-	-	-

Fonte:

*13.1.2) Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade**Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)*

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$) (a+b)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	

2011	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica -
2010					-
2009					-

Fonte:

15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Não se aplica					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Não se aplica					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

15.3) *Recomendações do OCI atendidas no exercício*

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Não se aplica			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

15.4) *Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício*

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Não se aplica			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

Justificativa para o seu não cumprimento:
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

16. RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

16.1) Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Não se aplica
Data do Relatório de Auditoria	Não se aplica
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

--

16.2) *Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento*

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Não se aplica
Item do Relatório de Auditoria	Não se aplica
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	

17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

17.1) Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA - SNJ		200143	
<p>Declaro que os recursos dos Programas/Ações da unidade jurisdicionada, são executados pela Coordenação-Geral de Logística – CGL/MJ, UG/Gestão: 200005/00001.</p> <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente à situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	15 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n°	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
COORDENADOR
COORDENADOR

26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES (ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

26.1) Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime					UNODC
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas ao Contrabando de Migrantes					BRA/05/S25
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Consultor contratado					
Nome do consultor: ELIZE MASSARD DA FONSECA				CPF: 079.583.027-03	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: UNODC/2011/11/115					
Objetivo da consultoria: Consultoria para avaliação final do projeto de cooperação técnica internacional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/11/2011	31/12/2011	\$26.100,00	\$26.100,00	\$7,830,00	\$7,830,00
Insumos Externos					
Diárias e passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Valor em dólar	Valor pago em real	
Upon delivery and approval of Evaluation approach and Methodology (Inception Report)			\$7,830,00	R\$14.563,80	
Upon approval of the Final Evaluation report			\$18,270,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: SADY SIDNEY FAUTH JUNIOR				CPF: 844.446.141-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Resultado 9 - Atividade 9.9					
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: PC-1BR-2011-08-099					
Objetivo da consultoria: Consultoria para implementação e desenho de sistemas de informações e banco de dados					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/08/2011	30/09/2011	R\$21.000,00	R\$21.000,00	R\$21.000,00	R\$21.000,00
Insumos Externos					
Diárias e passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Desenho do Projeto conceitual de um sistema de informações e banco de dados sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas, com previsão de atores institucionais para intercâmbio de dados e informações.			10/08/2011	R\$6.000,00	
Mapa de funcionalidades do sistema o enfrentamento ao tráfico de pessoas.			18/08/2011	R\$6.000,00	

Desenho de diferentes perfis de acesso e administração do sistema, com as respectivas atribuições, refletindo o mapa de atores institucionais para intercâmbio de dados e informações.		30/09/2011	R\$9.000,00
Consultor contratado			
Nome do consultor: OFÉLIA FERREIRA DA SILVA		CPF: 289.215.003-59	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Resultado 7 – Atividade 7.13			
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”			
Código do Contrato: PC-1BR-2011-07-098			
Objetivo da consultoria: Consultoria em gestão de processos participativos, objetivando subsidiar a formulação, desenvolvimento e implementação para a formulação do II Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.			
Período de Vigência		Remuneração	
<i>Início</i>	<i>Término</i>	<i>Total Previsto no contrato</i>	<i>Total previsto no exercício</i>
08/07/2011	16/11/2011	R\$48.000,00	R\$48.000,00
		<i>Total pago no exercício</i>	<i>Total pago até o final do exercício</i>
		R\$48.000,00	R\$48.000,00
Insumos Externos			
Diárias e passagens			
Produtos Contratados			
Descrição		Data prevista de entrega	Valor
Desenho da metodologia para a elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.		25/07/2011	R\$5.000,00
Desenho da metodologia de consulta (participação social) para que a sociedade possa contribuir com a elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.		10/08/2011	R\$5.000,00
Guia ou manual que apresente o passo a passo de como a sociedade pode contribuir com o processo de construção do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.		25/08/2011	R\$8.000,00
Desenho da metodologia de trabalho do II Encontro Nacional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.		12/09/2011	R\$10.000,00
Relatório de Facilitação e Registro das discussões e dos encaminhamentos das reuniões do Grupo Interministerial para a formulação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.		10/10/2011	R\$10.000,00
Documento com a sistematização das contribuições apresentadas pela sociedade para a elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.		25/10/2011	R\$10.000,00

26.2) Análise Crítica

Por se tratar do último ano de execução do projeto e tendo em vista a exiguidade de recurso para realização de muitas atividades, no ano de 2011, o projeto focou sua atenção no desenvolvimento de uma metodologia de gestão de processos participativos, objetivando subsidiar a formulação, o desenvolvimento e a implementação para a formulação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e a sistematização desta metodologia para eventual replicação do modelo, assim como na implementação e desenho de um sistema de informações e banco de dados que permitisse à Secretaria Nacional de Justiça obter melhores dados sobre as questões ligadas ao tráfico de pessoas, bem como na melhoria do Sistema Integratio.

Como as ações dos dois Planos Nacionais e as Diretrizes da Política Nacional de ETP, bem como o aporte de expertise e de conteúdo gerado pelo Projeto BRA/05/S25 se intercomunicam, os resultados atingidos impactaram positivamente na execução do Projeto.

Segundo o relatório de avaliação, o Projeto BRA/S25 foi considerado de grande importância para o atingimento de objetivos da Secretaria Nacional de Justiça no que se refere a esse tema do enfrentamento ao tráfico de pessoas.

30. TERMOS DE PARCERIA (PARTE C, ITEM 38, DO NANEXO II DA DN Nº 108/10)

30.1) Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada

Quadro C.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício

Informações da entidade parceira	CNPJ	Não se aplica		
	Nome	Não se aplica		
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)			
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)			
Informações do Termo de Parceria	Número			
	Data Celebração			
	Registrado no SICONV?			
	Forma de escolha da entidade parceira			
	Objeto			
	UJ Parceira	Nome		
		UG SIAFI		
	Período Vigência	Início		
		Fim		
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ		
Da Entidade				

30.1) Valores repassados em razão de termos de parceria firmados

Quadro C.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Não se aplica		
CNPJ	Não se aplica		
Valores Repassados no exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro		Julho	
Fevereiro		Agosto	
Março		Setembro	
Abril		Outubro	
Maiο		Novembro	
Junho		Dezembro	
Total	-	Total	-

Quadro C.38.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência

Exercícios	Quantidade de Termos vigentes	Montante repassado no Exercício
------------	-------------------------------	---------------------------------

		(em R\$ 1,00)
2010		
2009		

Fonte:

30.3) Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados
 Quadro C.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria
 (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)

Membros da Comissão			Ato de designação
Nome	CPF	Órgão que representa	
Não se aplica			

Quadro C.38.5 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

CNPJ da Entidade Parceira	Data da apresentação das contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
Não se aplica					
*Situação da Análise:			**Decisão:		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concluída ▪ Em andamento ▪ Não iniciada 			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovada ▪ Reprovada ▪ Em exigência 		

Fonte:

30.4) Avaliação dos resultados obtidos com a Parceria
 Quadro C.38.6 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Não se aplica	CNPJ	
Caracterização do Indicador 1			
Nome	Não se aplica		
Fórmula de Cálculo			
Unidade de Medida			
Periodicidade de Medição			
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
Meta do exercício	Pactuada		
	Realizada		
	% Realização		
% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2010	
		2009	
Análise do Indicador			

1			
Caracterização do Indicador 2			
Nome			
Fórmula de Cálculo			
Unidade de Medida			
Periodicidade de Medição			
Aferição dos Resultados do Indicador 2			
Meta do exercício	Pactuada		
	Realizada		
	% Realização		
% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2010	
		2009	
Análise do Indicador 2			

RESULTADOS E CONCLUSÕES

É possível destacar que as principais ações desenvolvidas da gestão no exercício foram a elaboração de novo planejamento estratégico para a Secretaria, promovendo o alinhamento ao Mapa Estratégico do Ministério da Justiça 2011-2014; a elaboração de forma participativa e inster institucional do II Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a ser formalizado por Decreto pela Presidência da República; a finalização de um Grupo de Trabalho sobre entidades sociais, que solidificou internamente ao MJ uma série de recomendações no que se refere à supervisão e titulação de OSCIPs, UPFs e organizações estrangeiras; a capacitação de mais de 1500 agentes públicos no que se refere às temáticas de combate à lavagem de dinheiro, corrupção e cooperação jurídica internacional em mais de 11 estados da federação; a celebração de mais acordos de cooperação jurídica internacional, seja em matéria civil, seja em matéria penal, incluindo extradição e transferência de pessoas condenadas; a modernização da gestão processual, enfocando tarefas de digitalização e construção de sistemas gerenciais para aumentar a eficiência dos serviços prestados; a finalização de um debate público *online* sobre a Classificação Indicativa e promoção de oficinas com mais de 400 pessoas envolvidas em 4 estados da federação.

As principais dificuldades encontradas para realização dos objetivos da UJ foram a insuficiente dotação orçamentária consignada em 2011, o que não permitiu a expansão da rede de Laboratórios de Combate à Lavagem de Dinheiro (REDE LAB), ocasionando também a expansão mais lenta da rede Postos e Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Outra dificuldade enfrentada pelos Departamentos da SNJ, em 2011, foi a necessidade de manter a continuidade do serviço com o número escasso de servidores, prestadores de serviço e estagiários. A situação foi agravada pela continuidade da substituição de prestadores de serviço por servidores, não atendendo a proporcionalidade de um para um. A insuficiente alocação de recursos humanos nas unidades da Secretaria Nacional de Justiça também provocou certa dificuldade na expansão das ações e sobrecarga em algumas atividades. De qualquer forma, a UJ tentou buscar parcerias para potencializar as suas ações, não deixando de cumprir com suas competências institucionais.

Para evitar a continuidade dessas dificuldades, a SNJ chegou a fazer um estudo sobre a necessidade de aumento de sua força de trabalho, tendo sido esse encaminhado para a Secretaria Executiva do MJ, no entanto, obteve-se resposta negativa quanto ao pleito, dependendo de novo concurso a ser autorizado pelo Ministério do Planejamento. Além disso, demandou-se também que os recursos consignados na rubrica do PRONASCI, mas que possuem execução direta por essa Secretaria fossem agregados às suas ações no PPA 2012-2015, no entanto, o referido pleito também não foi bem sucedido, de modo que sobre a gestão direta da Secretaria existem recursos escassos, basicamente para a manutenção de suas atividades negociais.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

I - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO REFERENTE AO ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010
(NÃO SE APLICA)

II - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, QUANDO A LEGISLAÇÃO DISPUSER A RESPEITO REFERENTE AO ITEM 5 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010
(NÃO SE APLICA)

III - DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DETALHADO POR PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, LEGAL, MERCADOLÓGICA, DE UTILIDADE PÚBLICA E PATROCÍNIOS, RELACIONANDO DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS PROGRAMAS DE TRABALHO UTILIZADOS, VALORES E VIGÊNCIAS DOS CONTRATOS FIRMADOS COM AGÊNCIAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, E OS VALORES E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS DE PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS REFERENTE AO ITEM 4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010
(NÃO SE APLICA)

IV - AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, REFERENTE AO ITEM 31 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010
(NÃO SE APLICA)

- a) Os efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico, alterações contratuais e etc;
- b) Os impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos.

V - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.2 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

<i>Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação</i>	<i>Programa</i>		<i>Ação</i>	
	<i>Número</i>	<i>Título</i>	<i>Número</i>	<i>Título</i>
<i>Secretaria Nacional de Justiça</i>	<i>1453</i>	<i>Promoção da Justiça e da Cidadania</i>	<i>2272</i>	<i>Gestão e Administração do Programa</i>
			<i>2328</i>	<i>Capacitação de agentes nas Áreas da Justiça e da Cidadania</i>
			<i>2330</i>	<i>Negociação de Acordo de Cooperação Internacional</i>
			<i>2735</i>	<i>Cadastro nacional de Entidades</i>
			<i>6436</i>	<i>Classificação de</i>

				<i>Diversões e Espetáculos Públicos</i>
			8192	<i>Implantação de Serviço de Prestação Internacional de Pensão Alimentícia</i>
			8198	<i>Produção e Disseminação de Informações, Estudos e Pesquisas</i>
			8204	<i>Apoio aos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas</i>
			8972	<i>Apoio a Albergues para Refugiados</i>
	1164	<i>Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro</i>	2332	<i>Quebra de Sigilo Bancário no Exterior</i>
			2390	<i>Capacitação Técnica de Agentes em Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro</i>
			8217	<i>Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)</i>
			8218	<i>Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro</i>

Comentários do responsável:

A execução do programa foi considerada adequada, embora haja ações com execução baixa, as mesmas se deram em virtude de dificuldades administrativas.

Notas:

- 1. Devem ser incluídos todos os programas e ações de responsabilidade da unidade, estabelecidos no PPA;*
- 2. A unidade deve se posicionar, no campo "Comentários do responsável" sobre a consistência dos dados dos Programas no SIGPLAN: Previsão física e financeira inicial, corrigida e realizada, % de execução, comentários gerais e demais informações requeridas no sistema.*

VI - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO OU DOS FUNDOS EXECUTADOS QUE NÃO ESTÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.3 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

<i>Programa ou Fundo</i>	<i>Forma de participação</i>	<i>Responsabilidades da entidade na execução</i>
<i>Não se Aplica</i>		

VII - DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE TERCEIRIZADOS IRREGULARES NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

<i>Quantitativo de servidores terceirizados irregulares e servidores concursados ao final do exercício</i>					
<i>Ano</i>	<i>Órgão/Entidade da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional</i>	<i>Vinculação Ministerial</i>	<i>Concursados (A)</i>	<i>Terceirizados (B)</i>	<i>B/(A+B) (C)</i>
2008					
2009					
2010					
2011					

Observações: As informações referentes ao Quadro Anexo VIII Demonstrativos do Quantitativo de Treceirizados dos Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ SNJ foram incluídos no Relatório de Gestão da SE.

VIII - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIDORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES POR SERVIDORES CONCURSADOS (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.5 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

<i>Órgão/Entidade da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional</i>	<i>Vinculação Ministerial</i>	<i>Providências adotadas para substituição por servidores concursados</i>
<i>Secretaria Executiva</i>	<i>Ministério da Justiça</i>	<i>Realização de concurso público para o provimento de 450 (quatrocentos e cinquenta) cargos efetivos em substituição a 500(quinhetos) postos de trabalhos terceirizados do Ministério da Justiça, em desacordo com a legislação vigente, obedecendo ao disposto na Cláusula Terceira do Termo de Conciliação Judicial- Processo nº 00810-017- 10-00-7. Em 31/12/2010, dos 450 cargos aprovados, foram providos, lotados e permanecem em exercício 407 novos 236 servidores. Em 31.12..2010, dos 500 postos terceirizados a serem extintos, 114 (cento e quatorze) continuam prestando serviços nas diversas unidades do Ministério. Em razão da necessidade de continuidade do serviço público, o Ministério da Justiça solicitou ao Ministério Público do Trabalho prorrogação do prazo do Termo de Conciliação Judicial – Processo nº 00810-017-10-00-7 por um ano e aguarda manifestação oficial daquele Órgão.</i>